

CAPITÃO QOPM VIRGULINO ALVES DA SILVEIRA

**REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL DA PMPR
SEGUNDO A VISÃO DOS OFICIAIS**

Monografia apresentada por exigência curricular do Curso de Especialização em Planejamento e Controle da Segurança Pública e no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, conforme Convênio firmado entre a PMPR e a Universidade Federal do Paraná.

Orientador metodológico:

**Professor Márcio Sérgio Batista
Silveira de Oliveira**

Orientador de conteúdo:

**Tenente-Coronel RR Luiz Fernando
Obladen**

CURITIBA

2005

DEDICATÓRIA

À minha mãe Maria Barbosa da
Silveira

À minha esposa Claudiane Valéria
Grazilio da Silveira

A todos aqueles que o meu coração
quer bem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por toda ajuda que tem-me dado na vida, no curso e na conclusão deste trabalho; agradeço ao Senhor, pelas lições que tem-me ensinado, algumas vezes de forma tão discreta, outras tão clara, agradeço na verdade com o sentimento do meu coração, porque as palavras são insuficientes para exprimir todo o meu sentimento de gratidão e reconhecimento a Deus.

Agradeço profundamente ao Senhor Tenente-Coronel RR Luiz Fernando Obladen, meu Orientador de Conteúdo e ao Professor Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira, meu orientador metodológico, os quais, de forma especial, laboriosa e abnegada, orientaram a realização desta pesquisa, tornando agradável esta difícil tarefa.

EPIÍGRAFE

... e conheci uma lei sublime, a lei da equivalência das janelas, pela qual, para cada janela que se fecha, abre-se outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência.

(Machado de Assis, *in* Memórias Póstumas de Brás Cubas)

SUMÁRIO

	LISTA DE GRAFICOS.....	vii
	LISTA DE TABELAS	viii
	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	iv
	RESUMO.....	xi
1	INTRODUÇÃO	1
2	PROCEDIMENTOS DE CAMPO	5
3	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	7
3.1	EXPOSIÇÃO DA PRIMEIRA QUESTÃO	7
3.2	EXPOSIÇÃO DA SEGUNDA QUESTÃO PROPOSTA	8
3.3	EXPOSIÇÃO DA TERCEIRA QUESTÃO PROPOSTA	10
3.4	EXPOSIÇÃO DA QUARTA QUESTÃO PROPOSTA	11
3.5	EXPOSIÇÃO DA QUINTA QUESTÃO PROPOSTA	12
3.6	EXPOSIÇÃO DA SEXTA QUESTÃO PROPOSTA	14
3.7	EXPOSIÇÃO DA SÉTIMA QUESTÃO PROPOSTA	16
3.8	EXPOSIÇÃO DA OITAVA QUESTÃO PROPOSTA	17
3.9	EXPOSIÇÃO DA NONA QUESTÃO PROPOSTA	18
3.10	EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUESTÃO PROPOSTA	20
3.11	EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA PRIMEIRA QUESTÃO PROPOSTA	21
3.12	EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA SEGUNDA QUESTÃO PROPOSTA	23
3.13	EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA TERCEIRA QUESTÃO PROPOSTA	24
3.14	EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUARTA QUESTÃO PROPOSTA	24
3.15	EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUINTA QUESTÃO PROPOSTA	26
4.	CONCLUSÕES E SUGESTÕES	28
4.1	CONCLUSÕES	28
4.2	SUGESTÕES	30
	GLOSSÁRIO	34
	REFERÊNCIAS	38
	ANEXOS	40

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	PROPORÇÃO DOS OFICIAIS QUE ACHAM QUE A ESTRUTURA DO EM, GRANDES COMANDOS OU DIRETORIAS, DEVE PASSAR POR REESTRUTURAÇÃO	7
GRÁFICO 2	PROPORÇÃO DOS OFICIAIS QUE ACHAM QUE ALGUMA UNIDADE DEVERIA PASSAR POR REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL	9
GRÁFICO 3	OPINIÃO DOS OFICIAIS SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA BANDA DE MÚSICA	10
GRÁFICO 4	OPINIÃO DOS OFICIAIS SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO DE TRABALHOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE QUARTÉIS E MANUTENÇÃO DE VIATURAS	11
GRÁFICO 5	PROPORÇÃO DOS OFICIAIS QUE ACHAM QUE O POLICIAMENTO RODOVIÁRIO DEVE SER ABSORVIDO PELOS BATALHÕES DE ÁREA DO CPI	13
GRÁFICO 6	OPINIÃO DOS OFICIAIS SOBRE REESTRUTURAÇÃO DOS RANCHOS	14
GRÁFICO 7	OPINIÃO DOS OFICIAIS SOBRE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE	16

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	OPINIÃO DOS OFICIAIS SOBRE A VIABILIDADE DOS MODELOS DE REESTRUTURAÇÃO SUGERIDOS	18
TABELA 2	VISÃO DOS OFICIAIS SOBRE PROGRAMAS QUE PODEM TRAZER BONS RESULTADOS	19
TABELA 3	PÚBLICO-ALVO PREFERIDO PELOS OFICIAIS CASO A PMPR ADOTASSE UM PROGRAMA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	23
TABELA 4	OPINIÃO DOS OFICIAIS SOBRE AS ÁREAS EM QUE A PMPR PODE ADOTAR PROGRAMAS QUE CAUSEM IMPACTO POSITIVO E MELHOREM O DESEMPENHO DA CORPORAÇÃO	26
TABELA 5	PROCEDIMENTOS BUROCRÁTICOS E SUAS SOLUÇÕES	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPFO	Batalhão de Polícia Florestal
BPGd	Batalhão de Polícia de Guarda
BPTran	Batalhão de Polícia de Trânsito
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CCB	Comando do Corpo de Bombeiros
Cias	Companhias
CFAP	Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFC	Curso de Formação de Cabos
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CFO	Curso de Formação de Oficiais
COPOM	Central de Operações Policiais-Militares
CPA	Comando de Policiamento de Área
CPC	Comando do Policiamento da Capital
CPI	Comando do Policiamento do Interior
DER	Departamento de Estrada de Rodagem
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DPM	Destacamento Policial Militar
ECD	Em condições de
EM	Estado-Maior
IBAMA	Instituto Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Hídricos
OPM	Organização Policial-Militar
P/2	Seção de Inteligência das Unidades Operacionais

PM	Policial-Militar ou Policiais-Militares
PMPR	Polícia Militar do Paraná
PM/2	Seção de Inteligência da Polícia Militar
PROERD	Programa Educacional de Redução ao Uso de Drogas e da Violência
QO	Quadro Orgânico
RPA	Radiopatrulha Auto
RPMont	Regimento de Polícia Montada
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SESI	Serviço Social da Indústria
SIPOM	Sistema de Informações da Polícia Militar
SJD	Setor de Justiça e Disciplina
Sop	Sala de Operações das Unidades Operacionais
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Tecpar	Instituto Tecnológico do Paraná
Uop	Unidade Operacional
UFPR	Universidade Federal do Paraná

RESUMO

A Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) é uma instituição histórica e centenária. Desde que foi criada, em 10 de agosto de 1854, sofreu inúmeras reestruturações. O serviço de segurança pública não é barato para o Estado. Todos os meios necessários são onerosos. A formação e a manutenção de policiais bem treinados resultam em grandes despesas. Comprar e manter viaturas custam caro. Manter em funcionamento uma estrutura administrativa do nosso porte impõe um ônus pesado. Por tudo isso é necessário que a Corporação busque agilidade, qualidade dos serviços, métodos modernos, práticos e econômicos de administrar os recursos postos à disposição pelo Estado, para a melhoria dos serviços prestados à coletividade. Reestruturação (ou reengenharia), é uma palavra que está ligada aos novos e modernos métodos de administração das empresas, apesar de, na prática, sempre ter sido utilizada para modificar estruturas organizacionais. Justifica-se a presente pesquisa em razão da importância do tema e da necessidade que tem a PMPR em conhecer a visão de seus Oficiais sobre o assunto e ainda de identificar em que áreas os Oficiais entendem que deverá haver mudanças e quais seriam, bem como quais tipos de reestruturações seriam ou não viáveis, quais programas e reestruturações seriam ou não favoráveis, quais novos programas poderiam ser marcantes, qual a ordem de prioridade, enfim, apontar a visão das lideranças sobre os vários aspectos propostos. A visão dos Oficiais sobre a reestruturação é, sobretudo, importante para o estudo do tema, uma vez que são estes que decidem grande parte dos rumos da Instituição e, como responsáveis pelos Comandos da Corporação, sabem definir com maior clareza as causas, e sentem mais diretamente, as consequências de todos os fatores ligados à administração da Polícia Militar do Paraná. É essa a proposta desta monografia, ou seja, mostrar a visão dos Oficiais intermediários e superiores da PMPR sobre Reestruturação Organizacional e Administrativa da Corporação.

Palavras-chave: Reestruturação – Administrativa – Organizacional.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade desperta cada vez mais interesse pelas atividades policiais. Assim, é que temos visto o crescimento da interação entre a sociedade e a nossa Organização, a qual, em razão deste fenômeno, deve estar preparada para enfrentar todos os tipos de mudanças, uma vez que é a comunidade, através dos seus seguimentos políticos, que afinal define, no campo estratégico, as linhas de ação que a polícia adotará. Por isso mesmo, a polícia deve ter uma forma de administração avançada sob o ponto de vista técnico, enxuta e capaz de mostrar eficiência.

Apesar do particularizado modelo militar de organização e de fluxograma, decorrentes inclusive de legislações federal e estadual, é imperioso reconhecer que há necessidade de se estudarem as possibilidades de reestruturação administrativa e organizacional que possam trazer mais eficiência, eficácia e operacionalidade à Corporação.

A palavra reestruturação pode ser definida como o conjunto de medidas que visam devolver a resistência às partes estruturais de uma Organização, mediante reforço destas ou sua substituição. Reestruturar significa dar nova estrutura a alguma coisa, restabelecer, organizar de novo, reformular em novas bases estruturais, reorganizar. Administração é o conjunto de princípios, normas e funções que têm por fim ordenar a estrutura e funcionamento de uma organização.

Organização vem a ser a composição, estrutura, inter-relacionamento regular das partes que constituem uma instituição; ordenação das partes de um todo, arrumação; conjunto de normas e funções que têm por objetivo propiciar a administração de uma empresa ou negócio.

As empresas de sucesso vivem se transformando, mister da necessidade de sobrevivência. Há fusões, desmembramentos, extinções e outros tipos de mudanças na estrutura das empresas. São as reestruturações organizacionais. Já as terceirizações, enxugamentos, mudanças de estilos são as reestruturações administrativas, que igualmente são intensas nas empresas, mercê de seus administradores estarem antenados às novas tecnologias e formas de administração.

MAXIMIANO (2000, p. 25) assim define administração: "... é o processo de tomar, realizar e alcançar ações que utilizam recursos para alcançar objetivos ...".

MAXIMIANO (2000, p. 91) nos dá também o conceito de Organização:

... é um sistema de recursos que procura realizar objetivos ou conjunto de objetivos. Um sistema é um todo complexo e organizado, formado de partes ou elementos que interagem, para realizar um objetivo explícito. Todas as organizações são sistemas (embora nem todos os sistemas sejam organizações). Além de objetivos e recursos, as organizações têm dois outros elementos importantes: divisão de trabalho e processos de transformação...

NEWMANN (1977, p. 248), sobre o tema em análise, afirma o seguinte:

... a estrutura orgânica trata dos esquemas de organização geral de uma empresa. Enquanto, muitas vezes, um administrador pode tratar estreitamente dos problemas organizacionais como, digamos, departamentalização ou delegação, deve ele analisar periodicamente o conjunto de sua organização e verificar se mediante alguma alteração poderão ser conseguidos resultados mais proveitosos...

O Manual de Organização e Métodos do Ministério do Exército (1978, p. 1) traz o seguinte:

Art. 1º Esta publicação tem por finalidade definir conceitos e procedimentos relativos à atividade de ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS (O & M) [grifo do autor], aplicáveis à administração militar. Ela constitui um primeiro passo para a consolidação da doutrina e a orientação dos diferentes escalões interessados. ...Art. 2º ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS é uma atividade especializada, que visa à economia e à eficiência na administração, através do controle de fatores determinantes da maior ou menor eficiência de uma Organização. Dedica-se a aspectos tais como: estrutura da Organização, divisão do trabalho, seqüência das operações executadas, sistemas de comunicações, uso de materiais e equipamentos, distribuição de espaço, simplificação e métodos, formulário e rotinas, utilização de pessoal, disposição interna e condições físicas dos locais de trabalho, controle de qualidade, arquivos, custos.

CHIAVENATO (2000, p. 447), diz o seguinte:

Mudança é a transição de uma situação para outra diferente ou a passagem de um estado para outro diferente. Mudança implica ruptura, transformação, perturbação, interrupção. O mundo atual se caracteriza por um ambiente dinâmico em constante mudança e que exige das organizações uma elevada capacidade de adaptação, como condição básica de sobrevivência. Adaptação, renovação e revitalização significam mudança ... a mudança é a fase em que as novas idéias e práticas são aprendidas de modo que as pessoas passam a pensar e a executar de uma nova maneira.

CRUZ (1997, p. 29), sugere o seguinte:

Reengenharia é repensar de forma fundamentada e reprojeter radicalmente os processos de negócios, para conseguir melhorias drásticas a serem medidas por índices críticos e contemporâneos de desempenho, tais como custos, qualidade, atendimento e velocidade. Ou ainda mais simplesmente: Reengenharia é um método conduzido de cima para baixo numa empresa, com o objetivo de rever o recriar um processo de trabalho, a fim de conseguir melhorias dramaticamente expressivas.

O serviço de segurança pública não é barato para o Estado. Todos os meios necessários são onerosos. A formação e a manutenção de policiais bem treinados resultam em grandes despesas. Comprar e manter viaturas custa caro. Manter em funcionamento uma estrutura administrativa do nosso porte impõe um ônus pesado. Por tudo isso é necessário que a Corporação busque agilidade, qualidade dos serviços, métodos modernos, práticos e econômicos de administrar os recursos postos à disposição pelo Estado, para a melhoria dos serviços prestados à coletividade.

A burocracia interna também foi objeto da presente monografia. É necessário saber o que é burocrático e também quais as soluções para minimizar a burocracia. STONER e FREEMAN (1999, p. 27), desenvolvem amplo trabalho sobre administração. Teorizando a respeito da burocracia nas empresas, estudaram as teorias de Max Weber, Frederick Taylor e Henry Fayol, entre outras, expondo que qualquer organização orientada por objetivos e consistindo em milhares de indivíduos, exigiria a regulamentação cuidadosamente controlada de suas atividades, enfatizando-se a necessidade de uma hierarquia estritamente decidida e governada por regulamentos e linhas de autoridade claramente definidos. Estes especialistas enfatizam que o fim da burocracia é a eficiência e a eficácia. Aliás, para MATOS (1978, p.80), “a burocracia nasceu sob o signo da eficiência”. Enfim, aquilo que não for eficiente e eficaz deve ser repensado, numa estrutura burocrática, inclusive, a bem do gerenciamento sistêmico.

É óbvio que todas as reestruturações estudadas na presente monografia apresentam variáveis externas e internas que podem influenciá-las. Há as variáveis econômicas, as variáveis políticas, as variáveis técnicas e as variáveis legais.

O objetivo desta monografia, ressalte-se, é apenas trabalhar com a visão atual dos Oficiais, mostrando o pensamento dos atuais líderes. É necessário

esclarecer, todavia, que toda reestruturação deve levar em consideração as variáveis legais. Uma reestruturação pode encontrar em sua frente uma barreira legal. A lei, todavia, pode ser mudada e um bom motivo para isso é a eficiência da Corporação. A lei não pode ser usada como empecilho à modernização e à eficiência da Organização. O povo não pode sofrer conseqüências nocivas por causa uma lei antiquada. No nível estadual, a principal lei é a Constituição Estadual, que pouco traz a respeito da estrutura e articulação da Corporação. Já a Lei de Organização Básica é a principal lei infra-constitucional que interessa ao tema. No campo Federal temos o Decreto Lei 667, de 02 de julho de 1969 e o R-200, que tratam das Polícias Militares. Há, ainda, no campo Federal, as Portarias 075-EME, de 06 de outubro de 1975 e 027-EME, de 16 de junho de 1977, as quais tratam especificamente da Organização, estrutura e quadro das Polícias Militares. Em verdade tais Portarias tentam uniformizar a estrutura das Corporações. Hoje, há uma tendência de se respeitar o princípio constitucional da autonomia dos Estados-Membros. Um princípio constitucional é maior que uma norma constitucional e portanto, maior que uma norma infra-constitucional. Citando como exemplo, uma reestruturação no Estado-Maior, nos Comandos Intermediários ou nas Diretorias, deve levar em consideração as variáveis legais acima expostas. Porém, como já foi explanado, a ênfase da presente pesquisa não são os aspectos legais e sim a visão dos Oficiais, mesmo porque, repito, a lei não deve ser escudo à ineficiência.

Na pesquisa de campo da presente monografia, foi sondada a opinião dos Oficiais sobre quais as reestruturações organizacionais e administrativas que estes consideram viáveis, bem como os fatores favoráveis e desfavoráveis que estes consideram sobre as reestruturações propostas.

2 PROCEDIMENTOS DE CAMPO

O objetivo principal da presente pesquisa é mostrar a visão dos Oficiais sobre a reestruturação administrativa e organizacional da Polícia Militar do Estado do Paraná. Por tal desiderato, pretende-se indicar quais as reestruturações organizacionais que poderão ser ou não viáveis no entendimento dos Oficiais; Apontar quais as reestruturações administrativas que poderão ser ou não implementadas na ótica dos Oficiais; Dimensionar a área de abrangência que os Oficiais esperam que haja uma reestruturação administrativa e/ou organizacional que seja marcante; Revelar a percepção dos Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná sobre o tema; Identificar quais as reestruturações que os Oficiais são favoráveis e desfavoráveis e Eleger as principais necessidades da Corporação sobre reestruturação segundo o entendimento dos Oficiais.

A metodologia que foi utilizada nesta pesquisa foi a entrevista, através de questionário, considerada a que mais se coaduna com os propósitos do presente trabalho.

A entrevista foi realizada através de questionários (modelo anexo), os quais foram encaminhados às Unidades da Corporação.

Figuraram como público-alvo os Oficiais Intermediários e Superiores, em virtude de que possuem maior experiência e, geralmente, estão lotados em Comandos e funções estratégicas táticas e operacionais, podendo oferecer informações mais precisas e seguras.

Ressalte-se que o Corpo de Bombeiros não foi objeto da presente pesquisa, uma vez que, em virtude de missões peculiares de sua atividade, dar-se-ia o caso de ser estudado em pesquisa específica.

A pesquisa foi feita por amostragem, visto que uma boa amostragem oferece a opinião de todo o universo pesquisado, sendo, portanto, desnecessário entrevistar todos os Oficiais Intermediários e Superiores, sob pena de tornar a pesquisa prolixa.

Para a amostragem foram encaminhados questionários para as seguintes unidades:

- Comando-Geral;
- Ajudância-Geral;

- Comando do Policiamento da Capital: (Sede, BPTran, BPGd, RPMon, 17º BPM, 12º BPM, 13º BPM e Cia P. Chq.);

- Comando do Policiamento do Interior: (1º BPM, 2º BPM, 3º BPM, 6º BPM, 9º BPM, BPFLO, 14º BPM e 15º BPM);

- Diretorias: Diretoria de Pessoal, Diretoria de Apoio Logístico e Diretoria de Ensino;

- Seções do Estado-Maior: Primeira Seção do Estado-Maior, Terceira Seção do Estado-Maior e Quinta Seção do Estado-Maior;

- Academia Policial Militar do Guatupê (incluindo o CAO) e

- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

Também foi objeto de estudo, além da Carta Magna Federal e Estadual, a legislação pertinente federal e estadual, os livros jurídicos e técnicos, publicações em jornais e revistas especializadas, Internet, e outros artigos de interesse.

Em 13 de Outubro, findou-se o prazo de recolhimento dos questionários. Foram recebidos os questionários dos seguintes órgãos:

CPI: 30 questionários, conforme segue: CPI/Sede: 4; 1º BPM: 3; 2º BPM: 3; 3º BPM: 3; 6º BPM: 4; 9º BPM: 4; 14º BPM: 4 e 15º BPM: 5;

CPC: 33 questionários, conforme segue: CPC/Sede: 5; BPTran: 4; RPMont: 5; 13º BPM: 6; BPGd: 8 e 17 BPM: 5;

Diretoria de Ensino: DE/Sede: 5; APMG: 3 e CFAP: 2;

Diretoria de Apoio Logístico: 4;

Ajudância-Geral: 4;

Outros: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais: 18 e unidade não informada: 4;

O número total de questionários preenchidos e recebidos somou 102, o que representa um terço do universo pesquisado, que são os Oficiais Intermediários e Superiores, que somam em torno de trezentos na PMPR.

Não foram recebidos os questionários dos seguintes órgãos: 12º BPM; Cia P. Choque; BPFLO; DP; 1ª Seção do EM, 2ª Seção do EM e 3ª Seção do EM.

Ressalte-se que para a seleção dos temas da presente monografia, foram escolhidos para abordagem, consoante se verá nos capítulos seguintes, assuntos importantes e atuais, alguns até polêmicos dentro da Instituição. Mais uma razão da importância do trabalho.

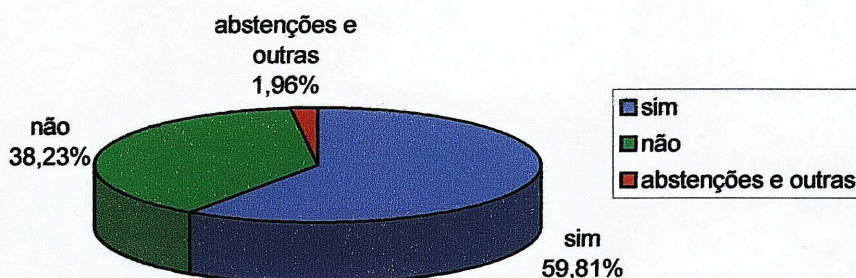
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 EXPOSIÇÃO DA PRIMEIRA QUESTÃO PROPOSTA

Foi sondada a opinião dos Oficiais sobre a estrutura do Estado-Maior, dos Grandes Comandos (CPI, CPC) e das Diretorias, sendo-lhes indagado se a estrutura de algum desses órgãos deveria sofrer alguma reestruturação. Nesta questão, foram propostas as respostas “sim” e “não”.

Obtivemos 61 respostas “sim”, que atingiram 59,81 %. Tivemos 39 respostas “não”, que atingiram 38,23 %. Tivemos duas respostas entre as abstenções e outras, atingindo 1,96 %.

GRÁFICO 1 PROPORÇÃO DOS OFICIAS QUE ACHAM QUE A ESTRUTURA DO ESTADO-MAIOR, GRANDES COMANDOS OU DIRETORIAS DEVE PASSAR POR REESTRUTURAÇÃO.



FONTE: Pesquisa de campo

Cinquenta e nove Oficiais deram sugestões para o tema de reestruturação, proposto nesta primeira questão. Entre as sugestões apontadas pelos Oficiais, destacam-se as seguintes:

- Extinção de funções;

- Fusão de funções;
- Mudança no QO do CPI/Sede;
- Descentralizar o CPI em Comandos Regionais ou em CPA (citado por 24 Oficiais);

- Criação da Diretoria de Assuntos Jurídicos;
- Criação de Unidades Orçamentárias Autônomas em nível de OPM;
- Lotar no EM Oficiais com Curso superior na área técnica devida;
- Criação do Comando do Policiamento de Choque e
- Divisão do CPC (CPC e CPM).

Conclui-se que a reestruturação das estruturas do Estado-Maior, dos Grandes Comandos (CPI, CPC) e das Diretorias é almejada pela maioria dos Oficiais (59,81%), que inclusive têm várias sugestões a respeito do tema.

3.2 EXPOSIÇÃO DA SEGUNDA QUESTÃO PROPOSTA

A segunda questão proposta, refere-se à reestruturação operacional. Foi indagado se alguma unidade deveria passar por reestruturação organizacional.

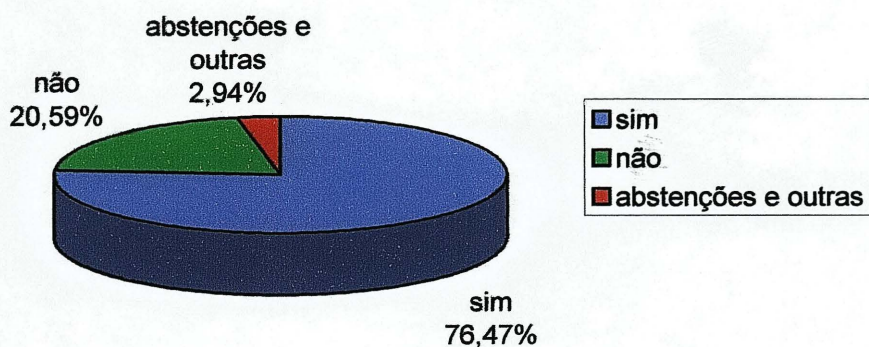
Tivemos 78 respostas “sim” que atingiram 76,47 %, enquanto que as respostas “não” somaram 21 e atingiram 20,59 %. Tivemos 3 abstenções que atingiram 2,94 %.

Setenta Oficiais apontaram sugestões. Entre as sugestões propostas, destacam-se as seguintes:

- Divisão da área do 17º BPM com a criação de outros BPM;
- Transformação da Cia P. Chq. em BPChoq.;
- Minimização da atividade do RPMont somente em policiamento hipo;
- Divisão da área do 13º BPM, com criação de outros BPM;
- Atualização dos QOs das unidades;
- Criação das funções de SJD e P/5 nas unidades;
- Readequação dos quadros do BPTran;
- Transferência da Sede do 7º BPM para Umuarama;
- Lotar Oficiais nas sedes de Comarcas;
- Criação de Batalhões Rodoviários em Maringá e Cascavel;
- Absorção do policiamento rodoviário pelos BPM de área;

- Absorção do policiamento florestal pelos BPM de área e
- Transformação das companhias independentes em batalhões.
- Criação da Companhia Independente das Praias;
- Divisão do 5º BPM;
- Criação de funções de P/3 para Major nas unidades de grande porte: Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Londrina e Ponta Grossa e
- Criação do 2º BPRv e do 2º BPFiô.

GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DOS OFICIAIS QUE ACHAM QUE ALGUMA UNIDADE DEVERIA PASSAR POR REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL.



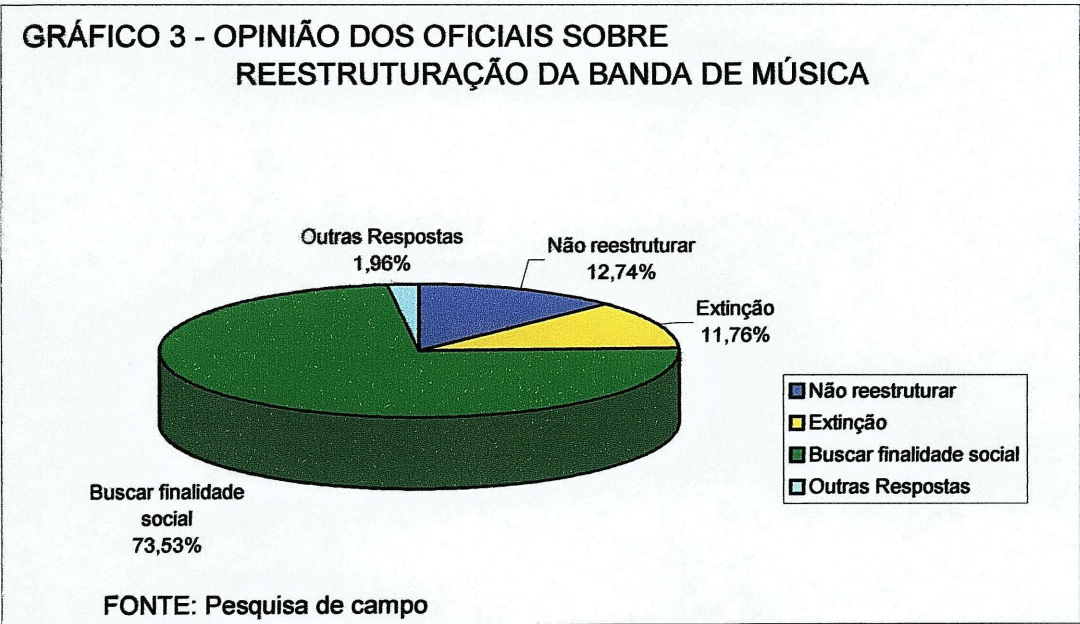
FONTE: Pesquisa de campo

Conclui-se que a grande maioria dos respondentes (76,47%) acha que a reestruturação organizacional é uma necessidade da Corporação em vários seguimentos.

3.3 EXPOSIÇÃO DA TERCEIRA QUESTÃO PROPOSTA

A terceira questão foi sobre a reestruturação da Banda de Música da PMPR. Foi feita a seguinte pergunta: “qual sua opinião sobre reestruturação da Banda de Música”. Foram dadas três opções, em múltipla escolha, a fim de que os Oficiais escolhessem uma opção. As opções foram as seguintes: 1. Não deve passar por reestruturação; 2. Extinção; contrato com banda particular, somente para ocasiões específicas; 3. Manter a banda, mas buscar finalidade social.

Na análise dos resultados, observou-se que 13 respostas, portanto 12,74 % dos Oficiais responderam que a Banda de Música não deve passar por qualquer reestruturação, enquanto que 12 Oficiais, portanto 11,76 % optaram pela extinção e 75 Oficiais, portanto 73,52 % opinaram por manter a banda, mas buscar finalidade social. Dois Oficiais, portanto 1,96 %, deram outras respostas.



Por conclusão, vê-se que apenas 12,74% dos respondentes não vêem necessidade de qualquer reestruturação na Banda de Música. Destarte, igualmente irrisório (11,76%), foi o número de Oficiais que acham que deve ser extinta. Pelos dados, vê-se que a tendência dominante é aquela que prefere manter a Banda de Música, buscando alguma finalidade social.

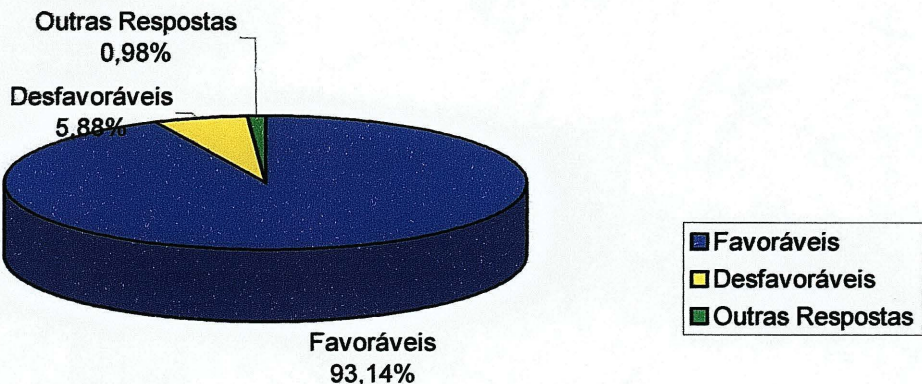
3.4 EXPOSIÇÃO DA QUARTA QUESTÃO PROPOSTA

Os Oficiais foram instados a manifestarem opinião sobre a terceirização de trabalhos de manutenção e limpeza de quartéis e manutenção de viaturas.

Dos Oficiais entrevistados, 95, portanto 93,13 % foram favoráveis à terceirização, enquanto que 6, portanto 5,88 % se manifestaram desfavoráveis. Um Oficial, portanto 0,98 % deu outra resposta.

Noventa e três Oficiais apontaram os motivos que embasaram sua escolha. 9 Oficiais não apontaram os motivos de sua escolha. 87 Oficiais apontaram os motivos que embasaram a escolha favorável. Seis Oficiais apontaram os motivos que embasaram a escolha desfavorável.

**GRÁFICO 4 - OPINIÃO DOS OFICIAIS SOBRE A
TERCEIRIZAÇÃO DE TRABALHOS DE
MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE QUARTÉIS
E MANUTENÇÃO DE VIATURAS**



FONTE: Pesquisa de campo

Dos 87 Oficiais que escolheram a opção "favorável", destacam-se os seguintes motivos:

- Liberação de efetivo para atividade fim da Corporação (hipótese lembrada por 34 respondentes);
- Elevação da auto-estima do policial;

- Valorização do profissional de segurança pública;
- Redução de custos;
- Evitar o desvio de finalidade;
- Direcionamento do policial para a atividade na qual foi treinado;
- Melhoria na qualidade dos serviços;
- Enxugamento da máquina administrativa e
- Utilização de mão-de-obra especializada e melhor qualificada para atividades administrativas.

Dos seis Oficiais que escolheram a opção “desfavorável”, destacam-se os seguintes motivos:

- A manutenção de viaturas, que atualmente é terceirizada, não funciona;
- Os serviços prestados por terceiros ao Estado são pouco eficientes e os custos são elevados e

Conclui-se que a maioria esmagadora dos Oficiais (93,14%) almeja pelas reestruturações administrativas propostas.

3.5 EXPOSIÇÃO DA QUINTA QUESTÃO PROPOSTA

Os entrevistados foram questionados se consideram viável que o policiamento rodoviário seja absorvido pelos batalhões de área do CPI.

A resposta “sim” foi mencionada por 59 Oficiais, atingindo 57,84 % dos entrevistados, enquanto que a resposta “não”, foi mencionada por 40 Oficiais, atingindo 39,21%. Outros 3 Oficiais deram outras respostas, atingindo 2,94 %.

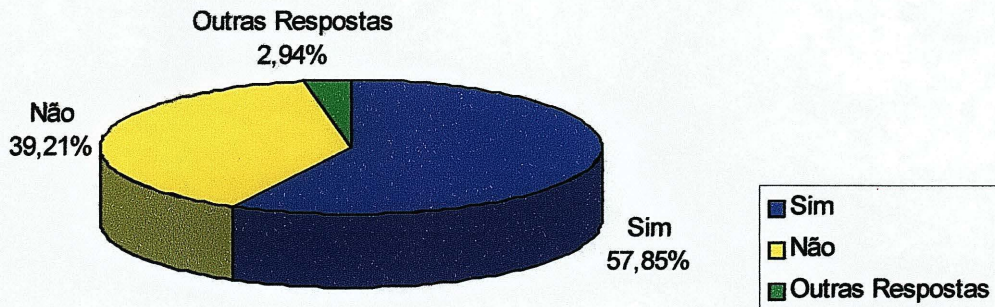
78 Oficiais justificaram suas respostas. 24 Oficiais não justificaram suas respostas.

42 Oficiais apresentaram os motivos para justificar as respostas “sim”. Os principais motivos apresentados foram os seguintes:

- Diminuição da corrupção existente no sistema atual;
- Minimizar a elitização do policial rodoviário em relação aos demais;
- Melhor facilidade no controle e fiscalização do policial;
- Aproximação entre o Comando e a tropa;
- Facilitaria o emprego nas operações nas unidades e
- Responsabilidade territorial;

- Rodízio de policiais, como forma de minimizar a corrupção;

GRÁFICO 5 - PROPORÇÃO DOS OFICIAIS QUE ACHAM QUE O POLICIAMENTO RODOVIÁRIO DEVE SER ABSORVIDO PELOS BATALHÕES DE ÁREA DO CPI.



FONTE: Pesquisa de campo

Trinta e seis Oficiais apresentaram os motivos para justificar as respostas “não”. Os principais motivos apresentados foram os seguintes:

- O policiamento rodoviário é especializado;
- Haveria possibilidade de se desviarem os recursos específicos para a atividade de policiamento rodoviário;
- A especialização exige Comando, objetivos, doutrina e instrução únicos;
- Perda da identidade do BPRv;
- Perda da qualidade dos serviços;
- O BPRv cumpre seu papel de forma satisfatória e
- Perda da unidade de comando;

Conclui-se que a maioria dos Oficiais (57,85), acha que o policiamento rodoviário deveria ser absorvido pelas unidades do CPI.

3.6 EXPOSIÇÃO DA SEXTA QUESTÃO PROPOSTA

A sexta questão buscou a opinião dos Oficiais sobre Reestruturação dos Ranchos. Foram dadas três opções: 1. Terceirização dos trabalhos; 2. Fornecimento de ticket aos policiais e 3. Não passar por qualquer reestruturação. Ao final foi pedido que o Oficial justificasse sua escolha.

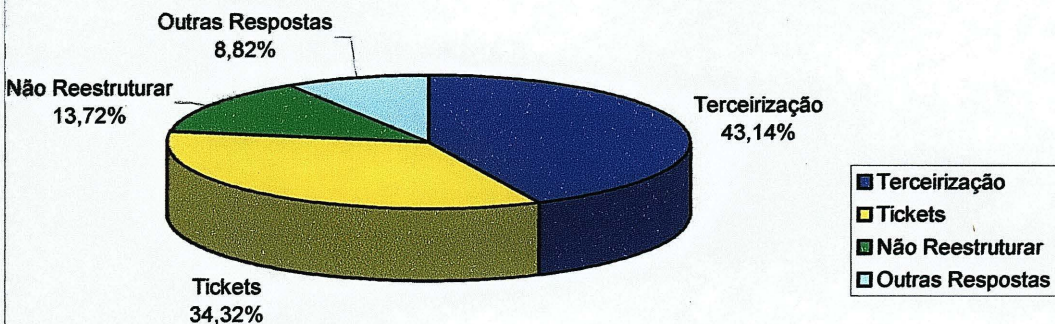
A terceirização foi apontada por 44 Oficiais atingindo 43,13% dos entrevistados.

O fornecimento de ticket foi clicado por 35 Oficiais, atingindo 34,31 % dos entrevistados.

Não passar por qualquer reestruturação foi clicado por 14 Oficiais, atingindo 13,72 % dos Oficiais.

Outros 9 Oficiais deram outras respostas, atingindo 8,82 %.

GRÁFICO 6 - OPINIÃO DOS OFICIAIS SOBRE REESTRUTURAÇÃO DOS RANCHOS



FONTE: Pesquisa de campo

Trinta e nove Oficiais apontaram os fatores que embasaram a escolha pela terceirização. Os principais fatores que embasaram e as justificativas dos que indicaram a terceirização, foram os seguintes:

- Liberação de efetivo para atividade-fim;
- Melhoria na qualidade na alimentação;
- Economia;
- Evitar o desvio de função;
- Melhora no ambiente de trabalho;
- Despreocupação com manutenção, limpeza e conservação e
- Diminuição da estrutura utilizada.

Trinta e um Oficiais apontaram os fatores que embasaram e as justificativas para optarem pelo fornecimento de tickets. Os principais fatores e justificativas foram os seguintes:

- enxugamento da estrutura atual;
- Liberação de efetivo para atividade-fim;
- Melhoria na qualidade na alimentação;
- Economia;
- Seleção da alimentação pelo próprio policial;
- Evitar o desvio de função;
- Praticidade;
- Facilitação da Gestão dos recursos e
- Possibilidade de o policial realizar a alimentação em local próximo ao

trabalho.

Dos 14 Oficiais que responderam que os ranchos não devem sofrer reestruturação, 11 justificaram sua escolha. As principais justificativas dos que clicaram na opção “não passar por qualquer reestruturação”, foram os seguintes:

- Peculiaridade da atividade PM;
- Queda na qualidade da alimentação;
- Necessidade de funcionamento dos ranchos nas prontidões e
- Necessidade auto-suficiência da PM;

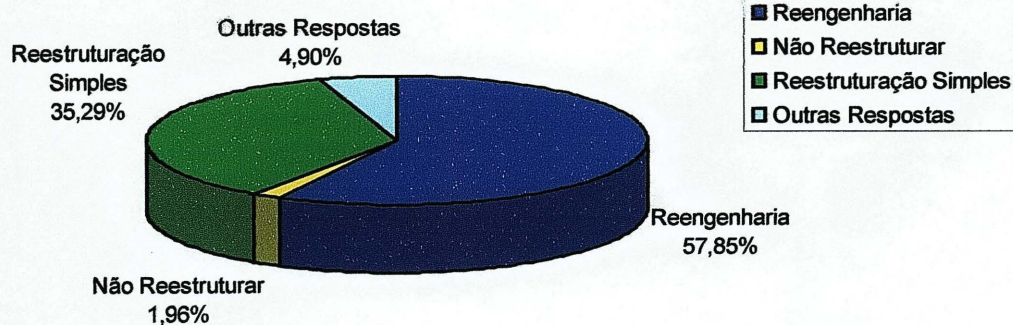
Conclui-se que a grande maioria dos Oficiais (77,46%) tem opinião favorável à reestruturação dos Ranchos. Uma minoria 13,72%, acham que os Ranchos não devem passar por reestruturação.

3.7 EXPOSIÇÃO DA SÉTIMA QUESTÃO PROPOSTA

A sétima questão sondou a visão dos Oficiais sobre reestruturação do Sistema de Saúde. Foram dadas três alternativas: 1. O sistema deveria passar por severa reengenharia, inclusive com a extinção de órgãos e terceirização; criação de novo modelo, de sorte a enxugar a estrutura da Corporação e dar melhor atendimento à comunidade Policial Militar em todo o Estado. 2. O modelo atual é bom e não deve ser reestruturado; 3. O modelo atual funciona bem, mas deve melhorar com alguma reestruturação simples, sem modificações profundas em sua estrutura.

Dos questionários reunidos, observou-se que 59 Oficiais, portanto 57,84 % dos Oficiais acolheram a primeira alternativa; 2 Oficiais, portanto 1,96 % acolheram a segunda alternativa e 36 Oficiais, portanto 35,29 % acolheram a terceira alternativa. 5 Oficiais, portanto 4,90 %, apontaram outras respostas.

GRÁFICO 7 - OPINIÃO DOS OFICIAIS SOBRE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE



FONTE: Pesquisa de campo

Conclui-se que uma ínfima minoria (1,96%), acha que o Sistema de Saúde não deve passar por reestruturação. A grande maioria (93,14%) preferiu optar por alguma reestruturação, destacando a reengenharia com 57,85%.

3.8 EXPOSIÇÃO DA OITAVA QUESTÃO PROPOSTA

A oitava questão se propôs a verificar qual reestruturação os Oficiais acham viável, entre sete propostas: 1. Substituição de reuniões distantes pelo sistema vídeo-conferência; 2. Gestão de verbas descentralizada, por OPM, Cias e DPM; 3. Adoção de novo sistema de recompensa e motivação; 4. Mudança no funcionamentos dos Fundos; 5. Terceirização de concursos, a exemplo do CFO; 6. Parceria com outros órgãos para ensino e instrução e 7. Outra (s).

Foi pedido que o Oficial justificasse a resposta, caso marcasse o “x” em outras.

Os resultados mostraram o seguinte:

A primeira opção – substituição de reuniões distantes pelo sistema vídeo-conferência - foi clicada por 47 Oficiais, portanto 46,07 %.

A segunda opção – Gestão de verbas descentralizada, por OPM, Companhias e Pelotões - foi clicada por 69 Oficiais, portanto 67,64 %.

A terceira opção – Adoção de novo sistema de recompensa e motivação - foi clicada por 66 Oficiais, portanto 64,70 %.

A quarta opção – mudança no funcionamento dos fundos - foi clicada por 26 Oficiais, portanto 25, 49 % dos Oficiais.

A quinta opção – terceirização de concursos - foi clicada por 42 Oficiais, portanto 41,17 %.

A sexta opção – Parceria com outros órgãos para ensino e instrução - foi clicada por 69 Oficiais 67,64 % dos Oficiais.

A sétima opção – outras reestruturações - foi clicada por 9 Oficiais, atingindo 8,82 % dos Oficiais.

2 Oficiais deram outras respostas, atingindo 1,96 %.

TABELA 1 – OPINIÃO DOS OFICIAIS SOBRE A VIABILIDADE DOS MODELOS DE REESTRUTURAÇÃO SUGERIDOS (EM PROPORÇÃO DE OFICIAIS)

<i>REESTRUTURAÇÃO PROPOSTA</i>	<i>PROPORÇÃO DOS OFICIAIS FAVORÁVEIS</i>
Substituição de reuniões distantes pelo sistema vídeo-conferência	46,07%
Gestão de verbas descentralizada, por OPM, Companhias e Pelotões	67,64%
Adoção de novo sistema de recompensa e motivação	64,70%
Mudança no funcionamento dos fundos	25,49%
Terceirização de concursos	41,17%
Parceria com outros órgãos para ensino e instrução	67,64%
Outras reestruturações	8,82%

FONTE: Pesquisa de campo

Os Oficiais que optaram por outras reestruturações, mencionaram as seguintes:

- Implementação de intercâmbio cultural;
- Adoção de mecanismos de defesa dos direitos mais eficientes;
- Implementação de cursos a distância;
- Mudança no sistema de promoções;
- Implementação do Fundo Rotativo em nível de OPM;
- Instrução a distância e
- Implementação de Plano de Saúde que atinja a todo o Estado.

Conclui-se que a visão da maioria dos Oficiais é no sentido de serem adotados novos modelos de reestruturação.

3.9 EXPOSIÇÃO DA NONA QUESTÃO PROPOSTA

A nona pergunta pediu aos Oficiais que indicassem em que área pode haver algum grande programa que traga bons resultados para a Corporação. Foram apresentadas as seguintes opções: 1. Educação; 2. Meio-ambiente; 3. Parceria; 4. Resgate social; 5. Informática; 6. Trânsito; 7. Cidadania; 8. Inteligência; 9. Modernização; 10. Segurança de comunidades; 11. Orientação à comunidade e 12. Outro (s). Para quem respondesse na opção “outro”, foi perguntado “qual” e pedido para justificar.

Dos entrevistados, 62 Oficiais, portanto 60,78 % clicaram em Educação; 37 Oficiais, totalizando 36,27 % clicaram em Parceria; 54 Oficiais, ou seja 52,94 % clicaram em Informática; 28 Oficiais, ou 27,45 % clicaram em Cidadania; 51 Oficiais 50,0 % clicaram em Modernização; 39 Oficiais, totalizando 38,23 % clicaram em Orientação a Comunidade; 29 Oficiais, totalizando 28,43 % clicaram em Meio-ambiente; 31 Oficiais, totalizando 30,39 % clicaram em Resgate social; 31 Oficiais, totalizando 30,39 % clicaram em Trânsito; 47 Oficiais, totalizando 46,07 % clicaram em Inteligência; 39 Oficiais, totalizando 38,23% clicaram em Segurança de comunidades e 11 Oficiais, totalizando 10,78 % clicaram em "Outro".

TABELA 2 – VISÃO DOS OFICIAIS SOBRE PROGRAMAS QUE PODEM TRAZER BONS RESULTADOS (EM PROPORÇÃO DE OFICIAIS)

REESTRUTURAÇÃO PROPOSTA	PROPORÇÃO DOS OFICIAIS FAVORÁVEIS
Educação	60,78%
Parceria	36,27%
Informática	52,94%
Cidadania	27,45
Modernização	50%
Orientação à comunidade	38,23%
Meio-ambiente	28,43%
Resgate social	30,39%
Trânsito	30,39%
Inteligência	46,07%
Segurança de comunidades	38,23%
Outros	10,78%

FONTE: Pesquisa de campo

Os Oficiais que se reportaram a outros programas, mencionaram as seguintes áreas, como carentes:

- Programa de combate ao estresse;
- Programa na área de valorização do policial-militar e
- Programas na área de Polícia Comunitária.

Conclui-se que a Educação, a Inteligência e Informática lideram a opinião dos Oficiais sobre grandes programas que possam trazer bons resultados.

3.10 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUESTÃO PROPOSTA

A décima questão refere-se à reestruturação operacional. Foi pedido para o Oficial apontar mudanças na área operacional que possam trazer bons resultados.

Os temas das principais mudanças lembradas foram os seguintes:

- Aumento de efetivo;
- Padronização das atividades através de Manual de Instruções Operacionais;
- Melhorias no sistema 190;
- Monitoramento de movimentação das viaturas por sistema GPS;
- Melhoria das comunicações da rede de rádio;
- Busca do envolvimento de outros órgãos, federais, estaduais e municipais, para melhoria da atividade operacional;
- Enfoque da filosofia do policiamento comunitário;
- Implementação de banco de dados em unidades móveis;
- Revisão no atendimento de ocorrências;
- Valorização do PM que está na linha de frente, na execução;
- Trazer de volta os efetivos que estão à disposição de outros órgãos;
- Redução de atendimentos diversos (assistenciais e outros);
- Renovação de frota de veículos a cada 2 anos;
- Criação de Companhias e Pelotões de Choque nas OPM;
- Adequação de escalas e adoção de escalas “inteligentes”;
- Adoção de recompensa por veículo recuperado com prisão do ladrão;
- Implementação de tecnologias para apoio ao serviço operacional;
- Programas de incentivo e aprimoramento do policial de rua;
- Melhorias nos Cartórios de Termos Circunstanciados;
- Buscar o envolvimento da população;
- Aumento do conhecimento jurídico do público interno;
- Dar maior atenção aos anseios do efetivo;
- Melhorias nos equipamentos;
- Programas na área de valorização do policial-militar;
- Programas na área de Polícia Comunitária.
- Agilização dos Termos Circunstanciados;
- Melhorar o filtro 190;

- Geoprocessamento;
- Revitalizar o sistema RPA e
- Criação de Companhias de Choque em Ponta Grossa, Londrina, Cascavel e Maringá.

Conclui-se que os Oficiais têm opiniões variadas sobre reestruturação na área operacional, destacando-se o grande número de sugestões.

3.11 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA PRIMEIRA QUESTÃO PROPOSTA

Foi pedido para o Oficial indicar com quem a PMPR deve iniciar, intensificar ou extinguir parcerias.

O início e a intensificação de parcerias foram apontados em relação aos seguintes órgãos:

- Universidades públicas e particulares;
- Tecpar;
- Ministério Público;
- Poder Judiciário;
- Prefeituras;
- Sociedade;
- Polícias Militares de outros estados;
- Proerd;
- Polícia Federal;
- Sistema de Saúde;
- Órgãos Públicos;
- Polícia Civil
- Guardas Municipais;
- DETRAN;
- Estabelecimentos de ensino;
- DER;
- Órgãos de ensino profissional;
- Instituições de pesquisa;
- Secretaria de Estado da Educação;
- Secretaria de Estado da Justiça;

- Grandes empresas;
- Associações de Moradores;
- Conselhos Comunitários de Segurança;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Escolas privadas;
- Multinacionais (PPP);
- Mídia;
- Órgãos municipais;
- SESI;
- CEFET;
- SEBRAE;
- Clubes de Serviço;
- ONG em geral;
- IBAMA;
- Receita Estadual;
- Receita Federal;
- Hospitais e clínicas especializadas;
- Empresários;
- Escolas;
- Igrejas;
- Secretaria de Justiça e
- Órgãos de comunicação social.

A extinção de parcerias foi apontada em relação aos seguintes órgãos/programas/convênios:

Projeto Formando o Cidadão;
PROERD;
UFPR (CAO);
Polícia Civil e
DER.

Conclui-se que os Oficiais demonstram satisfação em relação ao início e intensificação de parcerias com órgãos e objetivos diversos. Por outro vértice, poucos órgãos foram citados como objetos de extinção de parceria com a PMPR.

3.12 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA SEGUNDA QUESTÃO PROPOSTA

Foi pedido para o Oficial apontar quem deveria figurar como público-alvo, caso a PMPR adotasse um novo programa na área de educação: 1. Estudantes; 2. Professores; 2. Comunidade; 3. Mídia; 4. Autoridades; 5. Público interno; 6. Adolescentes em risco; 7. Infratores e 8. Outro (s).

Para quem respondesse “outro” foram dadas as opções “qual” e “justifique”.

Observaram-se os seguintes resultados: 58 Oficiais, portanto 56,86 % apontaram Estudantes; 53 Oficiais, portanto 51,96 % apontaram Comunidades; 19 Oficiais, portanto 18,62 % apontaram Autoridades; 31 Oficiais, portanto 30,39 % apontaram Adolescentes em risco; 35 Oficiais, portanto 34,31% apontaram Professores; 33 Oficiais, portanto 32,35% apontaram mídia; 56 Oficiais, portanto 54,90% apontaram público interno; 18 Oficiais, portanto 17,69% apontaram infratores e 16 Oficiais, portanto 15,68% apontaram outros.

Os que apontaram “outro”, sugeriram o seguinte:

- Pais e
- Família.

TABELA 3 – PÚBLICO-ALVO PREFERIDO PELOS OFICIAIS CASO A PMPR ADOTASSE UM PROGRAMA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (EM PROPORÇÃO DE OFICIAIS)

REESTRUTURAÇÃO PROPOSTA	PROPORÇÃO DOS OFICIAIS FAVORÁVEIS
Estudantes	56,86%
Comunidades	51,96%
Autoridades	18,62%
Adolescentes em risco	30,39%
Professores	34,31%
Mídia	32,35%
Público interno	54,90%
Infratores	17,69%
Outros	15,68%

FONTE: Pesquisa de campo

Conclui-se que os estudantes, a comunidade e o público interno, figuram como público-alvo preferido dos Oficiais em caso de adoção de programa na área de educação.

3.13 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA TERCEIRA QUESTÃO PROPOSTA

Foi indagado que tipo de programa na área de educação poderia ser adotado pela PMPR.

Os principais temas mencionados nas respostas foram as seguintes:

- Campanhas educativas de trânsito;
- Campanhas educativas sobre drogas;
- Direitos Humanos;
- Intercâmbio com escolas para palestras educativas;
- Inclusão no currículo escolar de matéria sobre PM e BM;
- Voluntariado nos quartéis;
- Cidadania e civismo;
- Extensão do Proerd da 5ª à 8ª Série;
- Meio ambiente;
- Comunicação social em massa;
- Incentivo aos policiais para realizarem curso superior;
- Educação de cunho profissional para adolescentes em risco;
- Prevenção contra crimes;
- Informação à população sobre as atividades policiais;
- Convênio para que o CFO tivesse formação jurídica e
- Ensino à distância na PMPR;

Conclui-se que os Oficiais possuem opinião variada e muitas sugestões sobre o tema.

3.14 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUARTA QUESTÃO PROPOSTA

Foi solicitado para o entrevistado indicar com "X", em que áreas poderiam ser adotados programas que causassem impacto positivo e melhorassem o desempenho da Corporação. Foram dadas as seguintes opções: 1. Funcionários civis para trabalhos internos; 2. Contratação de policiais-militares aposentados para trabalhos específicos; 3. Adoção de um programa de gestão de qualidade na área administrativa; 4. Adoção de um programa de gestão de qualidade na área

operacional; 5. Minimização de burocracia; 6. Simplificação da estrutura física das OPM; 7. Outro.

Para quem respondesse “outro” foram dadas as opções “qual” e “justifique”.

Foram observados os seguintes resultados: 53 Oficiais, portanto 51,96 % dos entrevistados apontaram em Funcionários civis para trabalhos internos; 55 Oficiais, portanto 53,92 % dos entrevistados apontaram Contratação de policiais-militares aposentados para trabalhos específicos; 58 Oficiais, portanto 56,86 % dos entrevistados apontaram Adoção de um programa de gestão de qualidade na área administrativa; 63 Oficiais, portanto 61,76 % dos entrevistados apontaram Adoção de um programa de gestão de qualidade na área operacional; 60 Oficiais, portanto 58,82 % apontaram Minimização de burocracia; 27 Oficiais, portanto 26,47 % apontaram Simplificação da estrutura física das OPM e 17 Oficiais, portanto 16,66 % apontaram Outro.

Entre os que escolheram a opção “outro”, vislumbram-se as seguintes sugestões:

- Designação de Oficiais para sede de Comarcas;
- Adoção de terapias de grupo coordenadas por profissionais;
- Melhor estruturação dos órgãos de apoio e
- Adoção de um sistema de divulgação em massa das atividades da polícia e da própria estrutura da PMPR.

TABELA 4 – OPINIÃO DOS OFICIAIS SOBRE AS ÁREAS EM QUE A PMPR PODE ADOTAR PROGRAMAS QUE CAUSEM IMPACTO POSITIVO E MELHORE O DESEMPENHO DA CORPORAÇÃO (EM PROPORÇÃO DE OFICIAIS)

REESTRUTURAÇÃO PROPOSTA	PROPORÇÃO DOS OFICIAIS FAVORÁVEIS
Contratação de funcionários civis para trabalhos internos	51,96%
Contratação de PMs aposentados para trabalhos específicos	53,92%
Adoção de um programa de gestão de qualidade na área administrativa	56,86%
Adoção de um programa de gestão de qualidade na área operacional	61,76%
Minimização de burocracia	58,82%
Simplificação da estrutura física das OPMs	26,47%
Outros	16,66%

FONTE: Pesquisa de campo

Conclui-se por sensível preocupação dos Oficiais com a área operacional da Corporação, pois a adoção de um programa de gestão de qualidade na área operacional foi lembrada pela maioria dos Oficiais (61,76%), seguindo-se a minimização de burocracias (58,82%) e a adoção de um programa de gestão de qualidade na área administrativa (56,86%). Ou seja a Gestão de Qualidade e a minimização de burocracias ocupam as três primeiras posições na tabela, em relação ao número de optantes.

3.15 EXPOSIÇÃO DA DÉCIMA QUINTA QUESTÃO PROPOSTA

Foi pedido para o Oficial apontar aquilo que acha muito burocrático na PMPR e a (s) possível (is) solução (ões): As respostas estão retratadas na Tabela 5, abaixo:

TABELA 5 – PROCEDIMENTOS BUROCRÁTICOS E SUAS SOLUÇÕES

PROCEDIMENTO BUROCRÁTICO	SOLUÇÃO APONTADA
Processos administrativos	Criar modelo próprio, eficaz e ágil
Centralização dos recursos financeiros	Descentralizar
Conselhos de Disciplina	Criação de Auditoria ou Corregedoria
Concessão de medalhas	Recorrer à informatização
Cancelamento de punições	Recorrer à informatização
Manutenção de viaturas	Ativar o fundo Rotativo
Ressarcimento (diárias)	Delegação de competência
Trâmite de documentos	Informatização; uso de documentos eletrônicos; Despacho direto ao destinatário; uso do canal técnico; delegação de competência
Responsabilização por faltas leves	Não apontou soluções
Gestão de Serviços extraordinários	Não apontou soluções
Movimentação de pessoal	Proposta direta da OPM à DP-1
Restituição do Fundo de Saúde	Não apontou soluções
Relatórios estatísticos	Instrumentalização do sistema através de banco de dados alimentado pelas OPM
Concessão de direitos	Implementação automática
Inscrições em concursos internos	Realização através da Internet
Gestão de recursos financeiros	Criação de Unidades orçamentárias

FONTE: Pesquisa de campo

Como parágrafo final do questionário, foi pedido para o Oficial apontar sugestões, observações e comentários, destacando-se o seguinte comentário: "...A Corporação deve passar por um processo de reformulação total. Que nos próximos cinco ou no máximo dez anos, tenhamos um novo azimute, ou seja, uma nova coordenada a seguir no século XXI, ou, com certeza, iremos sucumbir..."

Por conclusão, tem-se que os Oficiais enumeraram grande rol de procedimentos burocráticos e também deram as respectivas soluções que acham viáveis.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

4.1 CONCLUSÕES

Após este metódico trabalho de pesquisa, foram encaminhadas entrevistas a várias unidades da Corporação, resultando em 102 questionários respondidos;

Os índices alcançados na pesquisa sinalizam que os Oficiais intermediários e Superiores sentem a necessidade de profunda reestruturação da Corporação, senão vejamos:

- 59,81% dos entrevistados entendem que a estrutura do Estado-Maior, Grandes Comandos ou das Diretorias deveria sofrer alguma reestruturação;

- 76,47 % dos entrevistados acham que alguma unidade deveria passar por reestruturação;

- 85,29% dos entrevistados entendem que a Banda de Música deve passar por alguma reestruturação. Destes 11,76% opinaram pela extinção e 73,53% entendem que deve buscar alguma finalidade social;

- 93,14 % dos entrevistados acham que a manutenção e limpeza dos quartéis e a manutenção de viaturas deve ser terceirizada;

- 57,85 % dos Oficiais acham que o policiamento rodoviário deve ser absorvido pelos Batalhões de área do CPI;

- 77,46 % dos Oficiais acham que os Ranchos devem passar por Reestruturação. Destes 43,14% opinaram pela Terceirização e 34,32 pelo fornecimento de tickets;

- 93,14% dos entrevistados entendem que o Sistema de Saúde deve passar por reestruturação. Destes 57,85% opinaram pela Reengenharia e 35,29% opinaram por uma Reestruturação Simples;

- A substituição de reuniões distantes pelo sistema vídeo-conferência, foi clicada por 47 Oficiais, portanto 46,07 %;

- A Gestão de verbas descentralizada, por OPM, Companhias e Pelotões, foi clicada por 69 Oficiais, portanto 67,64 %;

- A adoção de novo sistema de recompensa e motivação, foi clicada por 66 Oficiais, portanto 64,70 %;

- A mudança no funcionamento dos Fundos, foi clicada por 26 Oficiais, portanto 25,49 % dos Oficiais;

- A terceirização de concursos, foi clicada por 42 Oficiais, portanto 41,17 %.

- A Parceria com outros órgãos para ensino e instrução, foi clicada por 69 Oficiais 67,64 % dos Oficiais;

- Ao indicarem, em que área pode haver algum grande programa que traga bons resultados para a Corporação, os entrevistados apontaram a seguinte tendência: dos entrevistados, 62 Oficiais, ou seja 60,78 %, clicaram em Educação; 37 Oficiais, ou seja 36,27 %, clicaram em Parceria; 54 Oficiais, ou seja 52,94 %, clicaram em Informática; 28 Oficiais, ou seja 27,45 %, clicaram em Cidadania; 51 Oficiais 50,0 %, clicaram em Modernização; 39 Oficiais, totalizando 38,23 %, clicaram em Orientação a Comunidade; 29 Oficiais, totalizando 28,43 %, clicaram em Meio-ambiente; 31 Oficiais, totalizando 30,39 %, clicaram em Resgate social; 31 Oficiais, totalizando 30,39 %, clicaram em Trânsito; 47 Oficiais, totalizando 46,07 %, clicaram em Inteligência; 39 Oficiais, totalizando 38,23%, clicaram em Segurança de comunidades;

- Os Oficiais apontaram grande número de sugestões para mudanças plausíveis na área operacional;

- Ao indicarem com quem a PMPR deve iniciar, intensificar ou extinguir parcerias, os entrevistados apontaram extenso rol de órgãos;

- Quanto aos públicos-alvos, caso a PMPR adotasse um novo programa na área de educação, observaram-se os seguintes resultados: 58 Oficiais, ou seja 56,86 % apontaram Estudantes; 53 Oficiais, ou seja 51,96 % apontaram Comunidades; 19 Oficiais, ou seja 18,62 % apontaram Autoridades; 31 Oficiais, ou seja 30,39 % apontaram Adolescentes em risco; 35 Oficiais, ou seja 34,31% apontaram Professores; 33 Oficiais, ou seja 32,35% apontaram mídia; 56 Oficiais, ou seja 54,90% apontaram público interno; 18 Oficiais, ou seja 17,69% apontaram infratores e 16 Oficiais, portanto 15,68% apontaram outros;

- Também extenso foi o rol de sugestões de programas na área de educação que poderia ser adotado, na opinião dos entrevistados;

- Ao indicarem em que áreas poderiam ser adotados programas que causassem impacto positivo e melhorassem o desempenho da Corporação, foram

observados os seguintes resultados: 53 Oficiais, ou seja 51,96 % dos entrevistados apontaram em Funcionários civis para trabalhos internos; 55 Oficiais, ou 53,92 % dos entrevistados apontaram Contratação de policiais-militares aposentados para trabalhos específicos; 58 Oficiais, portanto 56,86 % dos entrevistados apontaram Adoção de um programa de gestão de qualidade na área administrativa; 63 Oficiais, portanto 61,76 % dos entrevistados apontaram Adoção de um programa de gestão de qualidade na área operacional; 60 Oficiais, portanto 58,82 % apontaram Minimização de burocracia; 27 Oficiais, portanto 26,47 % apontaram Simplificação da estrutura física das OPM e 17 Oficiais, portanto 16,66 % apontaram Outro;

- Ultimando o questionário, os Oficiais apontaram extenso rol de procedimentos burocráticos adotados pela PMPR, inclusive apontando sugestões de como minimizar problemas dessa natureza.

Finalmente, conclui-se que os objetivos gerais e específicos foram plenamente atingidos, ou seja, a pesquisa efetivamente fez o que se propôs: mostrou a visão dos Oficiais sobre a reestruturação administrativa e organizacional da Polícia Militar do Estado do Paraná, sinalizando no sentido de uma profunda mudança; indicou quais as reestruturações organizacionais que poderão ser ou não viáveis no entendimento dos Oficiais; apontou quais as reestruturações administrativas que poderão ser ou não implementadas na ótica dos Oficiais; dimensionou a área de abrangência que os Oficiais esperam que haja uma reestruturação administrativa e/ou organizacional que seja marcante; revelou a percepção dos Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná sobre o tema; identificou quais as reestruturações que os Oficiais são favoráveis e desfavoráveis e elegeu as principais necessidades da Corporação sobre reestruturação segundo o entendimento dos Oficiais.

4.2 SUGESTÕES

Considere-se que os respondentes da pesquisa são Oficiais que se encontram em funções chaves na Corporação, muitas vezes em postos de Comando e Estado-Maior, alguns em funções de nível operacional, outros táticos e outros até estratégicos.

Considere-se, ainda, que o resultado da pesquisa revela opinião dos líderes, que vivenciam o dia-a-dia da Organização, inclusive em questões polêmicas e vitais.

Considerando também tudo o que já foi exposto, sugiro que os resultados sejam levados ao conhecimento do Alto-Comando, a fim de que se determinem estudos pelo Estado-Maior sobre a viabilidade técnica e política das reestruturações propostas na presente pesquisa, segundo a visão dos Oficiais Superiores e Intermediários da Corporação, atendendo assim aos anseios dos líderes da Polícia Militar do Estado do Paraná, especialmente nos seguintes aspectos:

- alterações na estrutura do EM, CPC, CPI e das Diretorias, tais como: extinção e/ou fusão de funções, mudanças no QO do CPI/Sede, descentralização do CPI em Comandos Regionais e/ou em CPA, criação da Diretoria de Assuntos Jurídicos, criação de Unidades Orçamentárias Autônomas em nível de OPM, lotação de Oficiais no EM com curso superior na área técnica devida, criação do Comando do Policiamento de Choque e divisão do CPC (CPC e CPM);

- alterações na estrutura de várias unidades, a seguir discriminadas: divisão da área do 17º BPM com a criação de outros BPM, transformação da Cia P. Chq. em BPChoq, minimização da atividade do RPMont somente em policiamento hipo, divisão da área do 13º BPM, com criação de outros BPM, atualização dos QOs das unidades, criação das funções de SJD e P/5 nas unidades, readequação dos quadros do BPTran, transferência da Sede do 7º BPM para Umuarama, lotação Oficiais nas sedes de Comarcas, absorção do policiamento florestal pelos BPM de área, transformação das companhias independentes em batalhões, criação da Companhia Independente das Praias, divisão do 5º BPM, criação de funções de P/3 para Major nas OPM de Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Londrina e Ponta Grossa e criação do 2º BPRv e do 2º BPFIlô;

- buscar uma finalidade social mais visível para a Banda de Música;

- terceirização dos serviços de manutenção e/ou limpeza dos quartéis e a manutenção de viaturas;

- absorção do policiamento rodoviário pelos Batalhões de área do CPI;

- extinção dos Ranchos das OPM e a terceirização destes trabalhos e/ou o fornecimento de ticket aos policiais militares;

- criação de novo modelo para o Sistema de Saúde, o qual deveria passar por severa reengenharia, inclusive com a extinção de órgãos e terceirização, de sorte a enxugar a estrutura da Corporação neste setor e dar melhor atendimento à comunidade Policial Militar em todo o Estado;

- adoção de gestão de verbas descentralizada, de novo sistema de recompensa e motivação, substituição de reuniões distantes pelo sistema vídeo-conferência, mudança no funcionamento dos Fundos, terceirização de concursos e parceria com outros órgãos para ensino e instrução;

- adoção de programas nas áreas de Educação, Informática, Cidadania, Modernização, Orientação a Comunidade, Trânsito, Inteligência, Resgate Social, Meio-ambiente e Segurança de Comunidades;

- mudanças plausíveis na área operacional, que contribuíssem com um melhor desempenho, tais como: aumento de efetivo, padronização das atividades através de Manual de Instruções Operacionais, melhorias no sistema 190, monitoramento da movimentação das viaturas por sistema GPS, melhoria das comunicações da rede de rádio, busca de envolvimento de outros órgãos - federais, estaduais e municipais - para melhoria da atividade operacional, enfoque da filosofia do policiamento comunitário, implementação de banco de dados em unidades móveis, revisão no atendimento de ocorrências, valorização do PM que está na linha de frente, trazer de volta os efetivos que estão a disposição de outros órgãos, redução de atendimentos diversos (assistenciais e outros), renovação de frota de veículos a cada 2 anos, criação de Companhias e Pelotões de Choque nas OPM, adequação de escalas e adoção de escalas "inteligentes", adoção de recompensa por veículo recuperado com prisão do ladrão, implementação de tecnologias para apoio ao serviço operacional, programas de incentivo e aprimoramento do policial de rua, melhorias nos Cartórios de Termos Circunstanciados, buscar o envolvimento da população, aumento do conhecimento jurídico do público interno, dar maior atenção aos anseios do efetivo, melhorias nos equipamentos, programa na área de valorização do policial militar, programas na área de Polícia Comunitária, agilização dos Termos Circunstanciados, melhorar o filtro 190, geoprocessamento, revitalizar o sistema RPA e a criação de Companhias de Choque em Ponta Grossa, Londrina, Cascavel e Maringá;

- iniciar ou intensificar parcerias com demais órgãos ligados à Segurança Pública, aos Poderes Públicos e Comunidade;

- caso fosse adotado um novo programa na área de educação, o público alvo com mais indicações foram os estudantes, o público interno, as comunidades, os professores, a mídia e os adolescentes em risco;

- adoção de programas que causassem impacto positivo e melhorem o desempenho da Corporação, com ênfase para a contratação de funcionários civis para trabalhos internos e de policiais militares aposentados para trabalhos específicos, de gestão de qualidade na área administrativa e de gestão de qualidade na área operacional, minimização de burocracia (foram apontadas sugestões de como minimizar problemas dessa natureza) e de simplificação da estrutura física das OPM.

GLOSSÁRIO

AJUDANCIA-GERAL: Órgão instituído por lei, que atende às necessidades de material e de pessoal do Comando-Geral;

BATALHÃO: Organização Policial-Militar ou Unidade Operacional encarregada pela execução do policiamento ostensivo;

COMANDANTE-GERAL: É a autoridade responsável pelo comando e pela administração da Corporação;

COMANDO-GERAL: Equipe de pessoal do Comandante-Geral;

COMANDO DO POLÍCIAMENTO DO INTERIOR: Comando Intermediário, responsável pelo controle e fiscalização das Unidades sediadas no Interior do Estado;

COMANDO DO POLÍCIAMENTO DA CAPITAL: Órgão de Comando Intermediário, de Execução, que Comanda as Unidades sediadas na Capital do Estado e é responsável perante o comandante pelo policiamento ostensivo na Capital Estado;

CONSELHO DE DISCIPLINA: Processo Administrativo Disciplinar, instituído pela Lei Estadual 6.961/77, composto por três Oficiais da Corporação, nomeados pelo Comandante-Geral, destinado a julgar se as Praças são capazes ou incapazes de continuarem servindo a PMPR, quando cometerem faltas disciplinares que sejam consideradas conduta irregular ou que afetem a honra, o pundonor ou comprometam o decoro da classe, sejam condenadas por crimes dolosos, não possuam aptidão ou filiem-se a organizações proibidas.

CORPORAÇÃO: designação usada para identificação de organização ou conjunto de recursos humanos e materiais representativo de uma Instituição militar;

DEFASAGEM: a diferença entre o previsto e o existente;

DIRETORIAS: Órgãos de direção setorial, organizadas sob a forma de sistema, para as atividades de ensino, pessoal, de administração financeira, contabilidade e auditoria, logística e saúde.

ESTADO-MAIOR: Órgão de Direção Geral, responsável perante o comandante-Geral, pelo estudo, planejamento, coordenação, fiscalização e controle de todas as atividades da Polícia Militar.

EFICÁCIA: fazer as coisas certas produzindo alternativas criativas, maximizando a utilização de recursos, para obter resultados;

EFICIÊNCIA: cumprimento do dever fazendo as coisas certas, salvaguardando os recursos aplicados e resolvendo problemas;

GEOPROCESSAMENTO: Relatório sistematizado e informatizado das ocorrências policiais, destinado a dar suporte às autoridades na aplicação do policiamento em áreas determinadas;

GESTÃO: ato de gerir ou gerência, administração, direção;

GRADUAÇÃO: Grau hierárquico das Praças;

GRANDES COMANDOS: Escalões Intermediários de Comando, que estão posicionadas entre as Unidades Operacionais de Polícia e de Bombeiro e o Comandante-Geral, que são em número de três: CPC, CPI e CCB.

INSTITUIÇÃO: designação do sistema organizacional com funções sociais relevantes. Complexo integrado por idéias, padrões de comportamento e relações interpessoais;

MELHORIA: transição para melhor estado, superioridade, benfeitoria.

OCORRÊNCIAS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO: Infrações Penais para as quais a lei comine pena não superior a dois anos;

OFICIAIS: Conceito trazido pela legislação vigente, referente aos policiais-militares que estiverem posicionados na escala hierárquica no Posto de Segundo-Tenente e nos postos superiores e este;

OPM: Organização Policial-Militar;

ORDEM PÚBLICA: é o estado de paz social, ou seja, a situação de convivência pacífica e harmoniosa da população, fundada nos princípios éticos, morais, e legais vigentes na sociedade. É objeto da Segurança Pública;

PELOTÕES: Efetivo de policiais de aproximadamente trinta elementos, comandado por um Oficial subalterno, que patrulha determinada área ou realiza missão específica. Diz-se também da Sede do Quartel deste efetivo.

POLICIAMENTO RODOVIÁRIO: variável de policiamento ostensivo, destinada a patrulhar as rodovias, realizado em âmbito da PMPR pelo BPRv.

PLANEJAMENTO: é a adequação entre os meios e os fins, é essencialmente a racionalização do processo de tomada de decisão;

POPULAÇÃO: conjunto de indivíduos da mesma condição, foco de uma investigação ou pesquisa;

POSTO: Grau hierárquico do Oficial;

POLICIAMENTO OSTENSIVO: é a atividade de manutenção da ordem pública executada com exclusividade e por força constitucional pelas Polícias Militares, observando características, princípios e variáveis próprias, visando à tranquilidade pública;

PRAÇAS: Conceito trazido pela legislação vigente, referente aos policiais-militares que estiverem posicionados na escala hierárquica desde a graduação de soldado até a graduação de Subtenente.

PRAÇAS ESPECIAIS: Conceito trazido pela legislação vigente, referente aos policiais-militares que estiverem matriculados na Escola de Formação de Oficiais e ao Aspirante-a-Oficial;

POLÍCIA COMUNITÁRIA: Filosofia de Polícia que tem por fundamento a aproximação entre a comunidade e a polícia, através da interação das pessoas de uma determinada urbe e os policiais que ali realizam a atividade policial.

QUARTEL: Instalação física das unidades policiais militares.

RANCHO: Refeitórios dos quartéis

SEGURANÇA PÚBLICA: é a garantia que o Estado – União, Unidades Federativas e Municípios - proporciona à nação, a fim de assegurar a ordem pública, contra a violação de toda a espécie, que não contenham conotação ideológica;

SISTEMA: composição de uma série de itens e elementos humanos que são selecionados e alinhados para cumprir uma determinada missão;

TERMO CIRCUNSTANCIADO: Procedimento burocraticamente simples, instituído por lei, lavrado pelas autoridades policiais para registrar as ocorrências de menor potencial ofensivo, em substituição ao Inquérito Policial.

UNIDADE OPERACIONAL ou UOp: Organização Policial-Militar com autonomia administrativa e/ou operacional, encarregada do cumprimento das missões de polícia ostensiva em espaço territorial predeterminado;

VIATURA: Veículo Oficial, utilizado para o serviço policial;

SISTEMA: composição de uma série de itens e elementos humanos que são selecionados e alinhados para cumprir uma determinada missão;

SISTEMA: composição de uma série de itens e elementos humanos que são selecionados e alinhados para cumprir uma determinada missão;

SISTEMA: composição de uma série de itens e elementos humanos que são selecionados e alinhados para cumprir uma determinada missão.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CRUZ, Tadeu. **Manual de Organização: Reengenharia na Prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CURRID, Cheryl. **Ferramentas para a Reengenharia: 15 Ferramentas e Tecnologias Para Modernizar Sua Organização**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

DRUCKER, Peter F. **Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século**. São Paulo: Thomson, 1992.

MATOS, Francisco Gomes de. **Desburocratização**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEGGINSON, Leon C; MOSLEY, Donald C; PIETRI JÚNIOR, Paul H. **Administração: Conceitos e Aplicações**. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998.

NEWMANN, William H. **Ação Administrativa: As Técnicas de Administração e Gerência**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1977.

OLIVEIRA, Juarez de. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROESCH, Sílvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STONER, A. F; FREEMAN, R. E. **Administração**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Hamburg, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

LEGISLAÇÃO

BRASIL, Decreto-Lei nº 667, de 02 de Julho de 1969 (e suas alterações posteriores). Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, nº 124, 03 Jul. 1969.

BRASIL, Ministério do Exército. Estado Maior do Exército. Instruções Gerais de Organização e Métodos (IG-20-05), aprovadas pela Portaria nº 053-EME, de 22 de agosto de 1978, do Chefe do Estado Maior do Exército. 1. ed. Publicada pelo **Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF)**. Brasília: 1978.

_____. Decreto nº 88.777, de 30 de Setembro de 1983 (R-200). Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, nº 191, 04 Out. 1983.

ESTADO DO PARANÁ. Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná: Lei Estadual nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976. Dispõe sobre a Organização básica da Polícia Militar do Estado do Paraná e dá outras providências. **Publicada no Diário Oficial do Estado**, Curitiba, nº 218, 14 Jan. 1976.

_____. Constituição Estadual. **Imprensa Oficial do Estado do Paraná**. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/dioe/pdf/constituic_parana.pdf>. Acesso em 12 ago. 2005.

ANEXOS

ANEXO "A" - OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DE QUESTIONÁRIO

ANEXO "B" - MODELO DE QUESTIONÁRIO

ANEXO "C" – LEI DE ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA PMPR

ANEXO "A" - MODELO DE OFÍCIO
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Ofício Circular

Curitiba, 14 de Agosto de 2005.

Senhor Diretor/Comandante/Chefe

1. Através do presente, levo ao conhecimento de Vossa Senhoria que desenvolvo no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais um trabalho de monografia com o tema: REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA ORGANIZACIONAL DA PMPR - VISÃO DOS OFICIAIS. Considerando-se que Reestruturação Organizacional pode ser definida como mudança em órgãos, tais como fusão, desmembramento, extinção, divisão, criação de novos órgãos etc. Considerando-se ainda que Reestruturação Administrativa refere-se a mudanças em modelos de gestão como, por exemplo, terceirização, centralização, descentralização, mudança de conceitos, novos programas, novos sistemas e outros.

2. O desenvolvimento do tema tem por objetivo sondar a visão dos Oficiais da PMPR sobre o tema, levantar fatores positivos e negativos, apontar o que é viável e inviável, identificar quais as áreas que carecem de mudanças significativas e ainda eleger áreas em que os Oficiais esperam que haja novos programas.

3. Visando a obtenção de dados que certamente são o fator preponderante para o êxito do referido trabalho, solicito-vos que os questionários em anexo, tenham o trâmite classificado como urgente e distribuídos aos oficiais intermediários e superiores da OPM e após respondido, sejam remetidos a este Oficial pelo malote no endereço da APMG/CAO. Para qualquer eventualidade ou esclarecimento, deixo o nº de telefone (44) 9982-4233 ou E-mail: virgulinopm@hotmail.com , ou ainda no telefone da APMG: (41) 3382-3399, ramal 227.

Atenciosamente,

Virgulino Alves da Silveira, Cap QOPM

Ao Sr. Diretor/Comandante/Chefe

Do _____

ANEXO "B" - MODELO DE QUESTIONÁRIO

01. Em sua opinião, a estrutura do Estado Maior, dos Grandes Comandos (CPI, CPC, CCB) ou das Diretorias deveria sofrer alguma reestruturação?

() Sim; () Não; Aponte a sugestão:

02. Alguma Unidade deveria passar por reestruturação organizacional?

() Sim; () Não; Qual (is)? Dê sua sugestão:

03. Qual sua opinião sobre reestruturação da Banda Música.

() Não deve passar por reestruturação;

() Extinção; contrato com banda particular, somente para ocasiões específicas;

() Manter a banda, mas buscar finalidade social.

04. Dê sua opinião sobre a terceirização de trabalhos de manutenção e limpeza de quartéis e manutenção de viaturas.

() Favorável; () Desfavorável.

Aponte os motivos que embasaram sua escolha:

05. Vossa Senhoria considera viável que o policiamento rodoviário seja absorvido pelos batalhões de área do CPI?

() Sim; () Não; Por quê?

06. Dê sua opinião sobre Reestruturação dos Ranchos:

- ☐ Terceirização dos trabalhos;
- ☐ Fornecimento de ticket aos policiais;
- ☐ Não passar por qualquer reestruturação.

Aponte os fatores que embasaram e justifique sua escolha:

07. Dê sua opinião sobre reestruturação do sistema de saúde:

- ☐ O sistema deveria passar por severa reengenharia, inclusive com a extinção de órgãos e terceirização; criação de novo modelo, de sorte a enxugar a estrutura da Corporação e dar melhor atendimento à comunidade Policial Militar em todo o Estado.
- ☐ O modelo atual é bom e não deve ser reestruturado;
- ☐ O modelo atual funciona bem, mas deve melhorar com alguma reestruturação simples, sem modificações profundas em sua estrutura.

08. Indique com "X" quais reestruturações Vossa Senhoria acha viável:

- ☐ Substituição de reuniões distantes pelo sistema vídeo-conferência;
- ☐ Gestão de verbas descentralizada, por OPM, Cias e DPM;
- ☐ Adoção de novo sistema de recompensa e motivação;
- ☐ Mudança no funcionamentos dos Fundos;
- ☐ Terceirização de concursos, a exemplo do CFO;
- ☐ Parceria com outros órgãos para ensino e instrução;
- ☐ Outra (s). Justifique:

09. Indique com "X" em que área pode haver algum grande programa que traga bons resultados para a Corporação:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Educação; | <input type="checkbox"/> Meio-ambiente; |
| <input type="checkbox"/> Parceria; | <input type="checkbox"/> Resgate social; |
| <input type="checkbox"/> Informática; | <input type="checkbox"/> Trânsito; |
| <input type="checkbox"/> Cidadania; | <input type="checkbox"/> Inteligência; |
| <input type="checkbox"/> Modernização; | <input type="checkbox"/> Segurança de comunidades; |
| <input type="checkbox"/> Orientação à comunidade; | <input type="checkbox"/> Outro (s). Qual (is). Justifique: |

10. Aponte mudanças na área operacional que possam trazer bons resultados.

11. Indique com quem a PMPR deve iniciar, intensificar ou extinguir parcerias:

12. Indique com um "X", quem deveria figurar como público alvo, se a PMPR, adotasse um novo programa na área de educação:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Estudantes; | <input type="checkbox"/> Professores; |
| <input type="checkbox"/> Comunidade; | <input type="checkbox"/> Mídia; |
| <input type="checkbox"/> Autoridades; | <input type="checkbox"/> Público interno; |
| <input type="checkbox"/> Adolescentes em risco | <input type="checkbox"/> Infratores |
| <input type="checkbox"/> Outro (s). Qual (is). Justifique: | |

13. Que tipo de programa na área de educação poderia ser adotado pela PMPR?

14. Indique com "X" em que áreas poderiam ser adotados programas que causassem impacto positivo e melhorassem o desempenho da Corporação.

- () Funcionários civis para trabalhos internos;
- () Contratação de policiais militares aposentados para trabalhos específicos;
- () Adoção de um programa de gestão de qualidade na área administrativa;
- () Adoção de um programa de gestão de qualidade na área operacional;
- () Minimização de burocracia;
- () Simplificação da estrutura física das OPM;
- () Outro (s). Qual (is). Justifique:

15. Aponte aquilo que Vossa Senhoria acha muito burocrático na PMPR e a (s) possível (is) solução (ões):

Sugestões/Observações/Comentários:

ANEXO "C" – LEI DE ORGANIZAÇÃO BÁSICA

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ
ESTADO-MAIOR - 1ª SEÇÃO**

Lei nº 6.774, de 08 Jan 76 ¹

Súmula: Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Paraná e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI DE ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR

TÍTULO I

GENERALIDADES

CAPÍTULO ÚNICO

DESTINAÇÃO, MISSÕES E SUBORDINAÇÃO

Art. 1º. A Polícia Militar do Estado do Paraná – PMPR, considerada torça auxiliar, reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, em conformidade com as disposições do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, destina-se à manutenção da ordem pública na área do Estado do Paraná.

Art. 2º. Compete à Polícia Militar: ²

I - executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, conceituadas na legislação federal pertinente, a fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

II - atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem;

III - atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

IV - atender à convocação do Governo Federal em caso de guerra externa, ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem, ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando da 5ª Região Militar, para emprego em suas atribuições específicas de Polícia Militar e como participante da defesa territorial;

V – realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndios, simultaneamente com o de proteção e salvamento de vidas e material nos locais de sinistro, bem como o de busca e salvamento, prestando socorros em caso de

¹ Alterada até 17 Nov 00.

² Ver Art 3º do Decreto-Lei nº 667, de 02 Jul 69, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.010, de 12 Jan 83.

afofamento, inundações, desabamentos, acidentes em geral, catástrofes e calamidades públicas.

Art. 3º. A Polícia Militar, nos termos da legislação federal pertinente, subordina-se operacionalmente ao Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná.³

Art. 4º. A administração, o comando e o emprego da Corporação são da competência e responsabilidade do Comandante-Geral, assessorado e auxiliado pelos órgãos de direção.

TÍTULO II

ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR

CAPÍTULO I

ESTRUTURA GERAL

Art. 5º. A Polícia Militar é estruturada em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Art. 6º. Os órgãos de direção realizam o comando e a administração da Corporação, competindo-lhes:

I - Incumbir-se do planejamento em geral, visando à organização da Corporação, às necessidades em pessoal e em material e ao emprego da Polícia Militar para o cumprimento de suas missões;

II - Acionar, por meio de diretrizes e ordens, os órgãos de apoio e os de execução;

III - Coordenar, controlar e fiscalizar a atuação dos órgãos de apoio e os de execução.

Art. 7º. Os órgãos de apoio realizam as atividades-meio da Corporação, atendendo às necessidades de pessoal, de animais e de material de toda a Polícia Militar. Atuam em cumprimento das diretrizes e ordens dos órgãos de direção.

Art. 8º. Os órgãos de execução são constituídos pelas unidades operacionais da Corporação e realizam as atividades-fim da Polícia Militar; cumprem as missões ou a destinação da Corporação. Para isso executam as diretrizes e ordens emanadas dos órgãos de direção e são apoiados, em suas necessidades de pessoal, de animais, de material e de serviços, pelos órgãos de apoio.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

Art. 9º. Os órgãos de direção compõem o Comando-Geral da Corporação que compreende:

- a) o Comandante-Geral;
- b) o Estado-Maior, como órgão de direção geral;
- c) as Diretorias, como órgãos de direção setorial;
- d) a Ajudância-Geral, como órgão que atende às necessidades de material e de pessoal do Comando-Geral;

³ Ver Art 4º do Decreto-Lei nº 667, de 02 Jul 69, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.010, de 12 Jan 83.

- e) Comissões;
- f) Assessorias;
- 9) Consultoria-Jurídica.

Art. 10. O Comandante-Geral é o responsável superior pelo Comando e pela administração da Corporação. Será um oficial superior combatente, do serviço ativo do Exército, preferencialmente do posto de Coronel ou Tenente-Coronel, proposto ao Ministro do Exército pelo Governador do Estado. ⁴

§1º. Excepcionalmente o cargo de Comandante-Geral poderá ser atribuído a um Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares, da ativa da Polícia Militar, ouvido o Ministro do Exército.

§ 2º. O provimento do cargo de Comandante-Geral será feito por ato do Governador do Estado.

§ 3º. Quando se tratar de Oficial do Exército, a ato referido no parágrafo anterior dar-se-á após ser o indicado posto à disposição do Governador do Estado, para esse fim, por decreto federal.

§ 4º. Os atos de nomeação do Comandante-Geral e de exoneração do substituído devem ser simultâneos.

§ 5º. O Oficial do Exército nomeado para o cargo de Comandante-Geral será comissionado no mais alto posto da Corporação, se sua patente for inferior a esse posto.

§ 6º. O Comandante-Geral tem precedência hierárquica sobre os oficiais do último posto da Corporação.

§ 7º. O Comandante-Geral disporá de:

- a. um Assistente, oficial superior da Corporação;
- b. um Ajudante-de-Ordens, capitão ou oficial subalterno da Corporação

Art. 11. O Estado-Maior é o órgão de direção-geral, responsável perante o Comandante-Geral, pelo estudo, planejamento, coordenação, fiscalização e controle de todas as atividades da Polícia Militar, cabendo-lhe a elaboração de diretrizes e ordens do Comando-Geral no acionamento dos órgãos de direção setorial e de execução no cumprimento de suas missões.

§ 1º. O Estado-Maior é assim organizado:

- a) Chefe do Estado-Maior;
- b) Subchefe do Estado-Maior;
- c) Seções do Estado-Maior;
- 1ª Seção (PM/1): assuntos relativos ao pessoal e à legislação;
- 2ª Seção (PM/2): assuntos relativos a informações;
- 3ª Seção (PM/3): assuntos relativos a operações, ensino e instrução;
- 4ª Seção (PM/4): assuntos relativos à logística e à estatística;
- 5ª Seção (PM/5): assuntos civis;

⁴ Ver Art 6º do Decreto-Lei nº 2.010, de 12 Jan 83.

- 6ª Seção (PM/6): assuntos relativos ao planejamento administrativo e orçamentação.

§2º. O Chefe do Estado-Maior é o principal assessor do Comandante-Geral; dirige, orienta, coordena e fiscaliza os trabalhos do Estado-Maior e acumula as funções de Subcomandante da Polícia Militar, substituindo o Comandante-Geral em seus impedimentos.

§ 3º. O Chefe do Estado-Maior será escolhido pelo Comandante-Geral entre os Coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares, do serviço ativo da Corporação e terá precedência funcional e hierárquica sobre os demais.

§ 4º. O Subchefe do Estado-Maior, oficial superior da Polícia Militar, auxiliará diretamente o Chefe do Estado-Maior, principalmente no controle de resultados e na gerência de projetos especiais.

§ 5º. O substituto eventual do Chefe do Estado-Maior é o Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares mais antigo, em função.

Art. 12. As Diretorias, órgãos de direção setorial, são organizadas sob a forma de sistemas para as atividades de ensino, de pessoal, de administração financeira, contabilidade e auditoria, de logística e de saúde.

§ 1º. As Diretorias de que trata este artigo são:

- a) Diretoria de Ensino;
- b) Diretoria de Pessoal;
- c) Diretoria de Finanças;
- d) Diretoria de Apoio Logístico; e
- e) Diretoria de Saúde.

§ 2º. As Diretorias são chefiadas por Coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares, com exceção da Diretoria de Saúde que será chefiada por um Coronel médico, do Quadro de Saúde.

Art. 13. Com o desenvolvimento da PMPR poderá ser organizado e mantido um centro de processamento de dados e de microfilmagem.

Art. 14. A Diretoria de Ensino é o órgão de direção setorial do Sistema de Ensino. Incumbe-se do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de Oficiais e Praças da Polícia Militar.

Art. 15. A Diretoria de Pessoal é o órgão de direção setorial do Sistema de Pessoal que se incumbe do planejamento, execução, controle e fiscalização das atividades relacionadas com pessoal policial-militar e civil, englobando:

- I - classificação e movimentação de pessoal;
- II - promoções, assessorando as respectivas comissões;
- III - inativos e pensionistas;
- IV - cadastro e avaliação;
- V - direitos, deveres e incentivos;
- VI - justiça e disciplina;

- VII - recrutamento e seleção;
- VIII - mobilização de pessoal;
- IX - assistência social;
- X - assistência jurídica;
- XI - assistência religiosa;
- XII - identificação; e
- XIII - psicoprognóstico e orientação.

Art. 16. A Diretoria de Finanças, é o órgão de direção setorial do Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria. Supervisiona as atividades financeiras de todos os órgãos da Corporação e faz a distribuição de recursos aos responsáveis pelas despesas, de acordo com o Planejamento estabelecido.

Art. 17. A Diretoria de Apoio Logístico é o órgão de direção Setorial do Sistema Logístico, que se incumbe do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de suprimento e manutenção de material, de obras e de patrimônio.

Art. 18. A Diretoria de Saúde é a órgão de direção setorial do Sistema de Saúde que se incumbe do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de saúde, bem como do trato das questões referentes ao estado sanitário do pessoal da Corporação e de seus dependentes, bem como dos animais do seu efetivo.

Art. 19. A Ajudância-Geral tem a seu cargo as funções administrativas do Quartel do Comando-Geral, considerado como organização policial-militar (OPM) bem como algumas atividades de pessoal para a Corporação, cabendo-lhe:

I - Trabalhos de Secretaria, incluindo correspondência, correio protocolar-geral, arquivo-geral e boletim;

II - Serviço de embarque da Corporação;

III - Apoio de pessoal auxiliar aos órgãos do Comando-Geral;

IV - Segurança do Quartel do Comando-Geral;

V - Serviços gerais do Quartel do Comando-Geral;

VI - Administração financeira, contabilidade, tesouraria, almoxarifado e aprovisionamento do Quartel do Comando-Geral.

Parágrafo único. O Ajudante-Geral é um Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares e terá a atribuição de Comandante do Quartel do Comando-Geral.

Art. 20. Existirão, normalmente, as seguintes comissões, todas regidas por legislação própria:

I - Comissão de Promoções de Oficiais;

II - Comissão de Promoções de Praças;

III - Comissão de Concessão de Medalhas e Diplomas.

Parágrafo único. A critério do Comandante-Geral poderão ser nomeadas outras comissões, de caráter temporário e destinadas a determinados estudos.

Art. 21. A Consultoria Jurídica é o órgão que presta assessoramento direto ao Comando-Geral, competindo-lhe o estudo de questões de direito compreendidas na política de administração geral da Corporação, exames de aspectos de legalidade dos atos e normas que lhe forem submetidas à apreciação e demais atribuições que venham a ser previstas em regulamentos.

Art. 22. As assessorias, constituídas, eventualmente, para determinados estudos que escapem às atribuições normais e específicas dos órgãos de direção, destinam-se a dar flexibilidade à estrutura do Comando da Corporação.

Parágrafo único. As assessorias, de que trata este artigo, poderão ser constituídas por civis.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DE APOIO

Art. 23. Os órgãos de apoio compreendem:

I - órgãos de apoio do ensino:

- a) Academia Policial Militar do Guatupê (APMG);
- b) Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP);
- c) Colégio da Polícia Militar.

II - órgãos de apoio de pessoal:

- a) Centro de Recrutamento e Seleção (CRS).

III - órgãos de apoio financeiro:

- a) Centro de Finanças.

IV - Órgãos de apoio logístico:

- a) Centro de Suprimento e Manutenção de Material Bélico (CSM-MB);
- b) Centro de Suprimento e Manutenção de Intendência (CSM-Int);
- c) Centro de Suprimento e Manutenção de Obras (CSM-O).

V - Órgãos de apoio de saúde:

- a) Hospital da Polícia Militar (HPM);
- b) Centro odontológico (COPM);
- c) Centro Veterinário (CVPM);
- d) Juntas Médicas.

Art. 24. Os órgãos de apoio de ensino são subordinados à Diretoria de Ensino e destinam-se à formação, aperfeiçoamento e especialização de Oficiais e praças, bem como ao desenvolvimento de estudos e pesquisas técnicas.

Art. 25. O órgão de apoio de pessoal subordina-se à Diretoria de Pessoal.

Art. 26. O órgão de apoio financeiro subordina-se à Diretoria de Finanças.

Art. 27. Os órgãos de apoio logístico subordinam-se à Diretoria de Apoio Logístico e destinam-se ao recebimento, estocagem e distribuição de suprimentos, à execução de obras, à manutenção de todo material, ao transporte de pessoal, de animais e de materiais, em proveito de toda a Corporação.

Art. 28. Os órgãos de apoio de saúde subordinam-se à Diretoria de Saúde e destinam-se à execução das atividades de saúde em proveito do pessoal da Corporação e de seus dependentes, bem como dos animais de seu efetivo.

Art. 29. Para os serviços de apoio deve ser utilizada, sempre que possível, mão-de-obra civil.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Art. 30. Os órgãos de execução da Polícia Militar constituem as unidades operacionais da Corporação e são de duas naturezas:

I - Unidades de Polícia Militar, assim denominadas as unidades operacionais, que têm a seu encargo as missões policiais-militares definidas nos itens I, II; III e IV do artigo 2º desta Lei;

II - Unidades de Bombeiros, assim denominadas as unidades operacionais, que têm a seu encargo missões específicas de sua designação definidas nos itens IV e V do artigo 2º desta Lei.

Art. 31. As unidades de Polícia Militar sediadas na área metropolitana de Curitiba são operacionalmente subordinadas ao Comando do Policiamento da Capital (CPC), que é o responsável, perante o Comandante-Geral, pelo cumprimento das missões policiais-militares nessa área.

Art. 32. As unidades de Polícia Militar que tenham seus efetivos predominantemente destacados no interior do Estado, são operacionalmente subordinadas ao Comando do Policiamento do Interior (CPI), que é o responsável, perante o Comandante-Geral, pelo cumprimento das missões policiais militares naquela área do Estado.

Art. 33. As unidades de Bombeiros são operacional e administrativamente subordinadas ao Comando do Corpo de Bombeiros, que é a responsável, perante o Comandante-Geral, pelo cumprimento das missões de bombeiros em todo o Estado do Paraná.

Art. 34. Os Comandos do Policiamento da Capital, do Interior e do Corpo de Bombeiros são escalões intermediários de comando.

Art. 35. As unidades e subunidades operacionais da Polícia Militar terão supridas suas necessidades de pessoal, de animais e de material pelos órgãos de apoio da Corporação, devendo, quando for o caso, serem ouvidos os comandos a que estiverem, operacionalmente, subordinadas, particularmente quanto a prioridade.

Art. 36. As unidades e subunidades operacionais de bombeiros terão supridas as suas necessidades de material, quer diretamente pelo órgão do Corpo de Bombeiros, quer pelos órgãos de apoio da Corporação e suas necessidades de pessoal pelo órgão próprio da Polícia Militar.

SECÇÃO I DAS UNIDADES DE POLÍCIA MILITAR

Art. 37. Em razão dos diferentes objetivos da missão policial-militar, da diversidade de processos a serem empregados para o cumprimento dessa missão e

em razão de características fisiográficas do Estado, as unidades operacionais da Polícia Militar são dos seguintes tipos:

I - BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA MILITAR (BPM - Cia PM - Pel PM - Gp PM): encarregado do policiamento ostensivo normal de uma determinada área, traduzido pela ação de patrulheiros-a-pé, montados ou motorizados;

II - COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR (Cia Ind PM): encarregada das mesmas atribuições do Batalhão de Polícia Militar, em áreas de menores dimensões que, por suas condições peculiares, não estejam incluídas na área jurisdicional de um BPM;

III - BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA PORTUÁRIA (B P Port -Cia P Port - Pel P Port): encarregado das mesmas atribuições do Batalhão de Polícia Militar, em instalações portuárias e nas localidades do litoral do Estado;

IV - BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA DE TRÂNSITO (BP Tran - Cia P Tran - Pel P Tran - Gp P Tran): encarregado do policiamento especializado de trânsito em áreas urbanas, com vista ao cumprimento das regras e normas estabelecidas pelo Departamento Estadual de Trânsito ou órgão municipal congênere e de acordo com o Código Nacional de Trânsito;

V - BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA DE RADIOPATRULHA (BP RP - Cia P RP - Pel P RP): encarregado do policiamento ostensivo normal, em determinada área, caracterizando-se pelo emprego de viaturas em ligações radiofônicas permanente com um centro de operações de localidade;

VI - BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA DE GUARDA (BP Gd - Cia P Gd - Pel P Gd): encarregado do policiamento ostensivo normal, visando à guarda e segurança de estabelecimentos públicos, em particular, a sede dos poderes públicos estaduais, a residência dos chefes desses poderes e a de personalidades nacionais e estrangeiras, presídios e outros estabelecimentos penais, bem como apoio à fiscalização fazendária;

VII - BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA DE CHOQUE (BP Chq - Cia P Chq - Pel P Chq): encarregado do policiamento ostensivo visando ao restabelecimento da ordem já perturbada, com o emprego de força. Sua ação será exercida nos eventos que requeiram atuação pronta e enérgica de tropa especialmente instruída e treinada para missões de contraguerrilha urbana e rural; sempre que as necessidades exigirem, pode ser empregado em outro tipo de policiamento, a critério do Comandante-Geral;

VIII - BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA FLORESTAL (BP Flo - Cia P Flo - Pel P Flo - Gp P Flo): encarregado do policiamento ostensivo, visando ao cumprimento dos dispositivos legais na proteção da fauna, da flora e do meio ambiente;

IX - BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA RODOVIÁRIA (BP Rv - Cia P Rv - Pel P Rv - Gp P Rv): encarregado do policiamento ostensivo visando ao cumprimento das regras e normas de tráfego rodoviário, estabelecidas pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem ou pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e de acordo com a Código Nacional de Trânsito.

X - REGIMENTO (ESQUADRÃO, PELOTÃO) DE POLÍCIA MONTADA (Reg P Mont - Esq P Mont- Pel P Mont): encarregado do policiamento ostensivo normal em locais de difícil acesso ou onde sua presença possa facilitar as ações. A critério do Comandante-Geral poderá ser empregado para apoiar ações de polícia de choque.

XI - ⁵₆

Parágrafo único. Com o desenvolvimento do Estado e conseqüente aumento das necessidades de segurança, poderão ser criadas unidades para emprego em outros tipos de policiamento específico preconizados pela Inspetoria Geral das Polícias Militares.

Art. 38. Os Batalhões (Regimentos) são constituídos de um Comandante, um Subcomandante, um Estado-Maior, elementos de Comando (Companhia ou Pelotão de Comando e Serviços, e de frações subordinadas (Companhias, Esquadrões) em número variável, de acordo com as necessidades indicadas pela missão. Sua organização pormenorizada constará dos Quadros de Organização da Polícia Militar.

Art. 39. Os Batalhões e as Companhias Independentes de Polícia Militar, em princípio, integram as missões de policiamento ostensivo normal, de trânsito, de guarda, de radiopatrulha, de choque ou de outros tipos, de acordo com as necessidades das áreas por eles jurisdicionadas, a critério do Comandante-Geral.

SECÃO II

DO CORPO DE BOMBEIROS

Art. 40. O Corpo de Bombeiros é estruturado em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Parágrafo único. Os órgãos mencionados neste artigo tem as mesmas atribuições previstas para os órgãos correspondentes da Corporação, indicadas nos artigos 6º, 7º e 8º desta Lei, respectivamente, no que for aplicável ao Corpo de Bombeiros.

Art. 41. Os órgãos de direção do Corpo de Bombeiros compõem o Comando do Corpo de Bombeiros, que compreende:

I - Comandante;

II- Estado-Maior;

III - Ajudância;

IV - Divisão de Administração e Finanças;

V - Centro de Operações de Bombeiros (COBOM);

VI - Comissão Especial para o trato dos assuntos de prevenção e combate a incêndios florestais.

§ 1º. O Comandante do Corpo de Bombeiros será um coronel da ativa do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares, em princípio o mais antigo; caso o escolhido não seja o mais antigo, terá ele precedência funcional sobre os demais.

⁵ Inciso XI do Art 37, acrescentado pelo Art 1º da Lei nº 7.815, de 29 Dez 83.

⁶ Inciso XI, do Art 37, revogado pelo Art 2º da Lei nº 12.975, de 17 Nov 00.

§ 2º. Excepcionalmente, a critério do Comandante-Geral, o Comandante do Corpo de Bombeiros poderá ser um coronel da ativa do Quadro de Oficiais Policiais Militares.

§ 3º. O Estado-Maior do Corpo de Bombeiros é assim organizado:

- a) Chefe do Estado-Maior;
- b) 1ª Seção (BM/1): assuntos relativos ao pessoal e legislação;
- c) 2ª Seção (BM/2): assuntos relativos a informações;
- d) 3ª Seção (BM/3): assuntos relativos a operações, ensino e instrução;
- e) 4ª Seção (BM/4): assuntos relativos à logística e à estatística;
- f) 5ª Seção (BM/5): assuntos civis;
- g) 6ª Seção (BM/6): assuntos relativos ao planejamento administrativo e orçamentação;
- h) 7ª Seção (BM/7): assuntos de segurança contra incêndios e de explosões e suas consequências.

§ 4º. O Chefe do Estado Maior, com atribuições de Subcomandante, é o substituto eventual do Comandante do Corpo de Bombeiros nos impedimentos deste.

§ 5º. A Ajudância é encarregada de trabalhos relativos à correspondência, correio, protocolo, boletim e arquivo, bem como do apoio de pessoal auxiliar necessário nos trabalhos burocráticos do comando, nos serviços gerais e na segurança do Quartel Central do Corpo de Bombeiros.

§ 6º. A Divisão de Administração e Finanças incumbe-se no trato dos assuntos ligados à administração do pessoal, do material e financeira do Corpo de Bombeiros.

§ 7º. Ao Centro de Operações de Bombeiros, como órgão central de integração operacional, compete a direção, controle e coordenação:

- a) do emprego de pessoal e material, no cumprimento das missões de bombeiros, bem como das unidades que estiverem em reforço ou em apoio ao Corpo de Bombeiros;
- b) das atividades de comunicações do Corpo de Bombeiros.

Art. 42. Os órgãos de apoio do Corpo de Bombeiros compreendem:

- I - Centro de Suprimento e Manutenção de Material Operacional (CSM/MOP);
- II - Centro de Ensino e Instrução (CEI).

Parágrafo único. O apoio de saúde ao pessoal do Corpo de Bombeiros será prestado pelos órgãos de saúde da Corporação.

Art. 43. O Centro de Suprimento e Manutenção de Material Operacional (CSM/MOP) é o órgão incumbido do recebimento, da estocagem e da distribuição dos suprimentos e da execução da manutenção no que concerne ao armamento e munição, ao material de comunicações, ao material de motomecanização e ao material especializado de bombeiros.

Art. 44. O Centro de Ensino e Instrução é o órgão incumbido da formação técnica, da instrução de manutenção e atualização da tropa, bem como do

atendimento da formação pessoal civil para atuação na área preventiva contra incêndios.

Parágrafo único. O ensino de formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças será ministrado pela Academia Militar do Guatupê e pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, que manterão os respectivos cursos, bem como por outras organizações militares, policiais-militares e, mediante convênio, por organizações civis.

Art. 45. Os órgãos de execução do Corpo de Bombeiros são constituídos pelas unidades operacionais que serão organizadas em: ⁷

I – Grupamento (Subgrupamento) de Bombeiros (GB e SGB): incumbido da missão de extinção de incêndios, busca e salvamento e é subordinado ao Comando do Corpo de Bombeiros; ⁸

II – Seção de Bombeiros (SB): organização subordinada a um Grupamento (Subgrupamento) de Bombeiros e com as mesmas missões e características deste. ⁹

III - ¹⁰

Art. 46. Os Grupamentos (Subgrupamentos) de Bombeiros são assim organizados: ¹¹

I – Comandante; ¹²

II – Subcomandante; ¹³

III – Estado-Maior (somente no GB); ¹⁴

IV – Seção de Bombeiros. ¹⁵

V - ¹⁶

§ 1º ¹⁷

§ 2º ¹⁸

Art. 47. Os Subgrupamentos de Bombeiros Independentes (SGBI) são assim organizados: ¹⁹

I – Comandante; ²⁰

⁷ Art 45 “caput”, reeditado pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94, com a mesma redação.

⁸ Inciso I do Art 45, com redação dada pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

⁹ Inciso II do Art 45, com redação dada pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

¹⁰ Inciso III do Art 45, suprimido pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

¹¹ Art 46 “caput”, com redação dada pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

¹² Inciso I do Art 46, reeditado pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94, com a mesma redação.

¹³ Inciso II do Art 46, reeditado pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94, com a mesma redação.

¹⁴ Inciso III do Art 46, com redação dada pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

¹⁵ Inciso IV do Art 46, com redação dada pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

¹⁶ Inciso V do Art 46, suprimido pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

¹⁷ § 1º do Art 46, suprimido pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

¹⁸ § 2º do Art 46, suprimido pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

¹⁹ Art 47 “caput”, com redação dada pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

II – Subcomandante; ²¹

III – Secretaria; ²²

IV – Seção de Bombeiros. ²³

V - ²⁴

Parágrafo único. ²⁵

Art. 48. As Unidades de Bombeiros que, como órgão de execução, compõem o Corpo de Bombeiros, bem como a sua organização pormenorizada e efetivo, constarão do Quadro de Organização da Polícia Militar do Estado do Paraná.

TÍTULO III

RESPONSABILIDADE DAS UNIDADES OPERACIONAIS

CAPÍTULO ÚNICO

ÁREAS DE RESPONSABILIDADE E DESDOBRAMENTO

Art. 49. O Estado será dividido em áreas, em função das necessidades decorrentes das missões normais de Polícia Militar e das características regionais; essas áreas serão atribuídas à responsabilidade total dos batalhões ou companhias independentes de Polícia Militar.

§ 1º. Cada área de batalhão de Polícia Militar será dividida em subáreas atribuídas às companhias de Polícia Militar subordinadas; as subáreas, por sua vez, serão divididas em setores de responsabilidade de pelotões de Polícia Militar.

§ 2º. Na Capital e nas grandes cidades do Interior, as áreas de responsabilidade dos batalhões de Polícia Militar poderão deixar de ser divididas.

§ 3º. Os Comandos de Batalhões, em todo o Estado, e os comandos de companhia e pelotão de Polícia Militar, no interior, deverão ser sediados na área, subárea ou setor de sua responsabilidade.

Art. 50. A organização e o efetivo de cada OPM operacional será em função das necessidades, das características fisiográficas, psicossociais, políticas e econômicas das áreas, subáreas ou setores de responsabilidade.

§ 1º. Um batalhão (regimento) de Polícia Militar terá de 2 (duas) a 6 (seis) companhias (esquadrões) e elementos de comando e serviços; uma companhia terá de dois a seis pelotões e elementos de comando e serviços; um pelotão terá de dois a seis grupos; um grupo será constituído de um sargento e três soldados, no mínimo.

²⁰ Inciso I do Art 47, reeditado pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94, com a mesma redação.

²¹ Inciso II do Art 47, reeditado pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94, com a mesma redação.

²² Inciso III do Art 47, com redação dada pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

²³ Inciso IV do Art 47, com redação dada pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

²⁴ Inciso V do Art 47, suprimido pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

²⁵ Parágrafo único do Art 47, suprimido pelo Art 1º da Lei nº 10.956, de 15 Dez 94.

§ 2º. Quando o número de companhias de Polícia Militar necessário à determinada área ultrapassar a seis subunidades, a mesma deverá dar origem a duas novas áreas de batalhão.

Art. 51. A cada município que não seja sede de BPM, Cia PM ou Pel PM, corresponderá um Destacamento Policial-Militar (Dst PM), constituído de, pelo menos, um Grupo de Polícia Militar.

§ 1º. Os distritos municipais, cujas necessidades assim o exijam, terão um subdestacamento policial-militar (S Dst PM) ou, até mesmo, um destacamento PM.

§ 2º. O efetivo dos Dst PM e S Dst PM, respeitados os limites dispostos nesta Lei, serão fixados levando-se em conta as exigências de segurança do município.

§ 3º. O subdestacamento PM terá o efetivo mínimo de dois soldados PM e será comandado por um cabo PM.

Art. 52. Na Capital e no Interior do Estado, sempre que o estudo da situação indicar, poderão ser criados, a critério do Comandante-Geral, mediante aprovação do Estado-Maior do Exército, Comandos de Policiamento de Área (CPA), escalões intermediários, subordinados, respectivamente, ao Comando do Policiamento da Capital e ao Comando do Policiamento do Interior.

Parágrafo único. Os Comandos de Policiamento de Área em sua respectiva jurisdição, terão atribuições semelhantes aos comandos de policiamento, da Capital e do Interior.

TÍTULO IV

PESSOAL

CAPÍTULO I

DO PESSOAL

Art. 53. O pessoal da Polícia Militar compõe-se de:

I - Pessoal da Ativa:

a) Oficiais, constituindo os seguintes quadros:

- 1 - Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM);
- 2 - Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM);
- 3 - Quadro de Saúde compreendendo:
 - Oficiais Médicos;
 - Oficiais Dentistas;
 - Oficiais Veterinários; e
 - Oficiais Bioquímicos.
- 4 - Quadro de Oficiais Especialistas (QOE), compreendendo:
 - Oficiais Músicos; e
 - Oficiais de Comunicações.
- 5 - Quadro de Capelães Policiais-Militares (QCPM);
- 6 - Quadro de Oficiais de Administração (QOA).

b) Praças Especiais de Polícia Militar, compreendendo:

1 - Aspirante-a-Oficial PM, e BM;

2 - Alunos-Oficiais PM, e BM.

c) Praças compreendendo:

1 - Praças Policiais-Militares (Praças PM);

2 - Praças de Bombeiros-Militares (Praças BM).²⁶

II – Pessoal Inativo:

a) Pessoal da reserva remunerada: Oficiais e Praças transferidos para a reserva remunerada;

b) Pessoal reformado: Oficiais e Praças reformados.

III - Pessoal Civil.

Art. 54 As praças policiais-militares e bombeiros-militares serão grupadas em qualificações policiais-militares gerais e particulares (QPMG e QPMP).²⁷

§ 1º. A diversificação das qualificações previstas neste artigo será a mínima indispensável, de modo a possibilitar uma ampla utilização das Praças nelas incluídas.²⁸

§ 2º. O Governador do Estado baixará, em decreto, as normas para a qualificação policial-militar das Praças, mediante proposta do Comandante-Geral, ouvida a Inspetoria Geral das Polícias Militares.²⁹

CAPÍTULO II

DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR

Art. 55. O efetivo da Polícia Militar será fixado na Lei de fixação dos Efetivos da Polícia Militar do Estado do Paraná que, será proposta pelo Governador do Estado à Assembléia Legislativa, com observância da legislação específica.

Art. 56. Respeitado a efetivo fixado em Lei, cabe ao Chefe do Poder Executivo do Estado aprovar, mediante decreto, os Quadros de Organização (QO), elaborados pelo Comandante-Geral da Corporação e com observância da legislação específica.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 57. A organização básica prevista nesta Lei deverá ser efetivada progressivamente, na dependência de disponibilidade de instalações, de material e de pessoal, a critério do Governador do Estado, ouvido o Estado-Maior do Exército.

²⁶ Inciso I, do Art 53, com redação dada pelo Art 3º da Lei nº 12.975, de 17 Nov 00.

²⁷ Art 54 "caput", com redação dada pelo Art 4º da Lei nº 12.975, de 17 Nov 00.

²⁸ Ver o Parágrafo Único do Art 1º da Lei nº 7.815, de 29 Dez 83, quanto a permanência ou não desse § 1º no texto da Lei.

²⁹ Ver o Parágrafo Único do Art 1º da Lei nº 7.815, de 29 Dez 83, quanto a permanência ou não desse § 2º no texto da Lei.

Art. 58. É mantido coma órgão de direção da Polícia Militar enquanto não se estruturar completamente a Diretoria de Finanças, o Conselho Econômica e Financeiro (CEF) atualmente com a designação de Conselho Econômico e Administrativo, presidido pelo Comandante-Geral, e composto por seis oficiais da Polícia Militar do posto de coronel e em função prevista no QO, em vigor, da Corporação.

§ 1º. Nas reuniões do Conselho Econômico e Financeiro, ao Comandante-Geral cabe a voto de desempate.

§ 2º. O Conselho Econômico e Financeiro tem a seu cargo a aplicação das verbas provenientes da retenção de cinquenta por cento (50%) da indenização para aquisição e conservação de fardamento dos integrantes da Corporação, bem como de todos os fundos de interesse da Polícia Militar.

§ 3º. Mediante delegação do Comandante-Geral, o Conselho Econômico e Financeiro poderá exercer a fiscalização de toda a receita e despesa da Corporação.

Art. 59. O preenchimento dos Quadros de oficiais e de praças Bombeiros-Militares, por opção, será regulado por decreto do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Comandante-Geral da Corporação, que estabelecerá as normas para o aproveitamento dos atuais oficiais e praças combatentes da PMPR, nos quadros de Bombeiros-Militares.

Art. 60. A exceção dos oficiais médicos, dentistas, veterinários, farmacêuticos e químico-laboratoristas, são considerados em extinção os atuais quadros de oficiais especialistas e extintos os de praças especialistas e artífices previstos na Lei Estadual nº 5.797, de 24 de junho de 1968.

Art. 61. Passa a integrar o Quadro de Saúde o pessoal dos quadros de especialistas de saúde referidos no artigo anterior.

Art. 62. Os oficiais pertencentes aos quadros em extinção, continuarão no exercício de suas funções, de acordo com as normas regulamentares e o interesse da Corporação, assegurando-se-lhes o direito de acesso aos postos hierárquicos, previstos e existentes, em seus respectivos quadros, até a data da extinção.

Art. 63. O aproveitamento das Praças que integram o Quadro de Praças Especialistas e o Quadro de Praças Artífices, extintos por esta Lei, será regulado por ato do Comandante-Geral da Corporação, após aprovação das normas para o preenchimento das QPMG e QPMP.

Art. 64. Passam a integrar o Quadro de Oficiais Policiais-Militares, os oficiais oriundos do Quadro de Oficiais Combatentes, bem como os que, após concluírem o Curso de Formação de Oficiais da Corporação, forem promovidos ao posto de segundo-tenente.

Art. 65. Passam a integrar o Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares os oficiais que forem aproveitados na forma da legislação peculiar e os que concluírem o Curso de Formação de Oficiais Bombeiros-Militares, na Corporação ou em curso congênere de outra Corporação, e forem promovidos ao posto de segundo-tenente.

Art. 66. São praças da qualificação policial-militar geral "Policiais-Militares" (QPMG-PM) os atuais praças não optantes pela qualificação Policial-Militar geral "Bombeiros-Militares" (QPMG-BM).

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. O Comandante-Geral da Polícia Militar, na forma da legislação em vigor, utilizará pessoal civil para prestar serviços de natureza técnica ou especializada e para serviços gerais.

Art. 68. Compete ao Governador do Estado, mediante decreto, a criação, transformação, extinção, denominação, localização e a estruturação dos órgãos de direção, dos órgãos de apoio e dos órgãos de execução da Polícia Militar, de acordo com a organização básica prevista nesta Lei e dentro dos limites fixados na lei de fixação de efetivos, por proposta do Comandante-Geral, observada a legislação específica.

Art. 69. A organização da Casa Militar do Gabinete do Governador do Estado e da Assessoria Policial Militar da Secretária de Segurança Pública, será regulada por decreto do Chefe do Poder Executivo do Estado, observada legislação específica.

Parágrafo único. O pessoal policial-militar integrante dos órgãos de que trata este artigo, constará da Lei de Fixação dos Efetivos da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 70. O pessoal da Polícia Militar, na execução do policiamento, é funcionalmente subordinado à autoridade policial-militar competente.

Parágrafo único. As solicitações de apoio policial-militar oriundas de autoridades policiais civis ou as requisições de autoridades judiciárias serão atendidas, consoante o efetivo disponível por intermédio da autoridade policial-militar competente.

Art. 71. O julgamento das faltas disciplinares cometidas por policial-militar, durante a execução de policiamento, far-se-á na forma do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Paraná, em vigor.

Art. 72. A criação de organização policial-militar feminina será feita pelo Governador do Estado, ouvidos os órgãos federais competentes.

Art. 73. O conjunto de Companhias, Pelotões e Grupos de Polícia Rodoviária, independentes ou orgânicos dos Batalhões e Companhias de Polícia Militar, constitui o Corpo de Policiamento Rodoviário.

Art. 74. A Polícia Militar do Estado do Paraná, através do seu Corpo de Bombeiros, tem competência para:

- I - emitir pareceres técnicos sobre incêndios e suas conseqüências;
- II - supervisionar o disposto na legislação quanto às medidas de segurança contra incêndios, inclusive instalação de equipamentos;
- III - orientar tecnicamente a elaboração da legislação sobre prevenção contra incêndios, na forma do artigo 117 da Constituição Estadual (Emenda Constitucional nº 3, de 29 de maio de 1.971).

Art. 75. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, EM 8 DE JANEIRO DE 1.976.

JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

ALCINDO PEREIRA GONÇALVES

Secretário de Estado da Segurança Pública.

Publicada no Diário Oficial do Estado nº 218, de 14 Jan 76.

Lei nº 12.975, de 17 Nov 00

Dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem) e alterações às Leis nºs 5.944/69, 6.774/76 e 7.047/78.

Art. 1º Ficam extintos o Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem).

§ 1º As atuais integrantes dos quadros extintos passam a compor o Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), a Qualificação de Praças Especiais Policiais Militares (Asp Of PM e Aluno Oficial PM) e Qualificação Policial Militar Geral 1 (QPMG-1) e a Particular QPMP-0, correspondentes com seus Postos ou Graduações, de acordo com a sua antiguidade relativa.

§ 2º Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e o interesse público, ficam destinadas até 6% (seis por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais Militares e Qualificações de Praças.

Art. 2º Fica revogado o inciso XI do artigo 37 da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, extinguindo a Companhia de Polícia Feminina e os Pelotões de Polícia Feminina, sendo que passarão a ser designadas como Companhia e Pelotão de Polícia, sendo aquela incorporada ao 12º Batalhão e os Pelotões às Unidades a que pertencem, juntamente com seus efetivos.

Art. 3º (já incorporado ao texto da lei).

Art. 4º (já incorporado ao texto da lei).

Art. 5º (altera a Lei nº 5.944, de 21 Mai 69 – LPO)

Art. 6º (altera a Lei nº 7.047, de 21 Nov 78- Lei do Efetivo)

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo baixará todos os atos necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 17 de novembro de 2000.

Jaime Lerner

Governador do Estado

José Tavares da Silva Neto

Secretário de Estado da Segurança Pública

José Cid Campêlo Filho

Secretário de Estado do Governo

Diário Oficial do Estado nº 5.868, de 20 Nov 00.

Obs.: Estes textos não substituem os publicados nos Diários Oficiais do Estado.

Atualização: Ten Lungaretti

Fonte: Site da PMPR, disponível em sistema Intranet.